

# Sumário

Número de notícias: 36 | Número de veículos: 24

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Crimes cibernéticos nos deixam à beira de pandemia digital (2) ..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto para múltiplos pode trazer R\$ 5,6 bi ao Brasil ..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Acordo agora segue para aval do G-20 ..... 8

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Você sabe o que é período de graça? (2) ..... 9

O POPULAR - GO - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Por mais justiça social (3) ..... 10

A TARDE - SALVADOR - BA - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Prova de vida do INSS pode ser feita sem sair de casa ..... 11

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Cota para empregados com deficiência ou reabilitados - DIREITO DO TRABALHO ..... 13

AGORA - SÃO PAULO - SP - GRANA  
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba fazer a prova de vida do INSS e desbloquear o benefício ..... 14

AGORA - SÃO PAULO - SP - AGORA/GRANA  
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba quando dá para mudar a data da aposentadoria especial ..... 15

AGORA - SÃO PAULO - SP - DEFESA DO APOSENTADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Faxineira cobra resposta para o auxílio-doença ..... 16

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

O que acontece com as dívidas de quem morreu? Tire as suas dúvidas ..... 18

TV RECORD - DF - DF NO AR  
SEGURIDADE SOCIAL

O que fazer quando o INSS nega o benefício após a perícia ? ..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Obstáculos para a PEC 32 ..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER  
SERVIDOR PÚBLICO

Saiba o que o inquérito dos atos antidemocráticos já descobriu ..... 22

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - DOIS PONTOS  
SERVIDOR PÚBLICO

Como defender o indefensável? (2) ..... 25

Segunda-Feira, 14 de Junho de 2021

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Senso de justiça social** ..... 26

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - GERAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**A bagunça dos impostos no Brasil - ECONOMIA E NEGOCIOS** ..... 28

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - PÁGINA DOIS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**"Reforma tributária em momento de crise é uma temeridade"** ..... 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Imunidade tributária para o terceiro setor e os impostos indiretos (2)** ..... 31

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**O "evangelho" segundo Bolsonaro (3)** ..... 32

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Será o início do fim da guerra fiscal mundial? - MAIS ECONOMIA** ..... 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Questão fiscal preocupa** ..... 35

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Inflação perto de 7% pressiona Selic** ..... 36

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**"Riscos e incertezas no caminho"** ..... 38

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
ECONOMIA

**O gargalo da energia (3)** ..... 40

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES  
ECONOMIA

**Investir no funcionário é investir na empresa** ..... 41

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE  
ECONOMIA

**Doria muda cronograma pela 3ª vez e agora prevê vacina até 15 de setembro** ..... 42

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**É apenas recuperação cíclica (2)** ..... 44

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Ex-presidente do BC morre aos 76 anos** ..... 46

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Uma renda fixa turbinada para a sua carteira** ..... 48

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Ofertas iniciais de ações. Haja tentação - FÁBIO GALLO** ..... 49

O POPULAR - GO - OPINIÃO  
ECONOMIA

Estagnação e mais pobreza (2) ..... 50

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS  
ECONOMIA

Governo federal prepara MP ..... 51

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
ECONOMIA

Serasa disponibiliza consultas gratuitas ..... 52

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL  
ECONOMIA

O Desafio da redução da pobreza - SAUMÍNEO NASCIMENTO ..... 53

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA  
ECONOMIA

Economia e Negócios em Foco - ECONOMIA E NEGÓCIOS EM FOCO ..... 55

# Crimes cibernéticos nos deixam à beira de pandemia digital (2)

**FAREED ZAKARIA, É COLUNISTA / TRADUÇÃO DE  
AUGUSTO CALIL**

Você está preparado para a próxima crise global? Christopher Krebs, ex-diretor da Agência de Cibersegurança e Infraestrutura, afirmou no mês passado que já estamos "à beira de uma pandemia digital". Ele estava falando a respeito da explosão nos crimes cibernéticos. O diretor do FBI, Christopher Wray, concorda, explicando que a dramática elevação nessa nova forma de criminalidade abalou o aparato de segurança americano de maneira bem semelhante com o que ocorreu após os ataques de 11 de setembro de 2001.

Na verdade, a escalada nos cibercrimes é um problema muito mais abrangente do que o terrorismo. Enquanto conectamos cada vez mais aparelhos e informações à internet, nos tornamos cada vez mais vulneráveis aos hackers, que podem comprometer qualquer pessoa ou empresa pela web e roubar ou impedir acesso a seus dados até o pagamento de um resgate. A pandemia acelerou a transição para a economia digital - e por isso acelerou os crimes cibernéticos. Segundo uma estimativa, os ataques com ransomwares (vírus que sequestram o acessos aos dados, exigindo resgates) triplicaram no ano passado.

Não sabemos a real extensão do problema, porque muitos desses crimes não são relatados às autoridades.

Muitas empresas, grandes e pequenas, temem assustar clientes com publicidade ruim, atrair novos ataques ou encarar desdobramentos judiciais. A Cybersecurity Ventures estima que o prejuízo global causado por ransomwares chegará a US\$ 20 bilhões este ano, um valor 57 vezes maior do que há apenas seis anos.

Um diretor executivo que trabalha ativamente com cibersegurança me disse que ataques com ransomwares operam atualmente como um modelo de negócios confiável. Os hackers normalmente paralisam a rede que atacam e depois cobram um valor elevado de resgate, mas não alto demais, da organização vítima (principalmente se a entidade tem seguro). Uma vez que o resgate é pago, os hackers cumprem sua parte no acordo.

Mas há um aspecto dessas transações em que as autoridades policiais levam vantagem. Praticamente todos os resgates de crimes cibernéticos são exigidos em criptomoedas, como bitcoin, o que faz sentido, já que uma característica essencial dessas moedas é que elas são em grande parte impossíveis de rastrear - pelo menos até bem recentemente.

Toda tecnologia bem-sucedida atende alguma necessidade ou soluciona algum problema. Qual necessidade as criptomoedas atendem? Não é comprar e vender online, nem movimentar dinheiro eletronicamente. Isso pode ser feito facilmente por meio de instituições financeiras tradicionais ou por interfaces mais novas, como PayPal e Apple Pay.

Mas nada disso é capaz de substituir as obscuras transações que ocorrem no mundo analógico - do tipo em que uma pessoa entrega à outra um envelope cheio de dinheiro. Uma transação como essa perde em termos de eficiência, mas é secreta e praticamente impossível de rastrear. As criptomoedas nos permitem fazer algo parecido, mas digitalmente.

Note que não se trata de uma questão de privacidade ou discrição em relação a pagamentos, por exemplo para um homem que queira reservar um quarto para passar um fim de semana em Paris sem que sua mulher fique sabendo.

Há várias maneiras de fazer isso, com cartões de crédito pré-pagos, por exemplo. Mas nessas novas transações digitais, a identidade das pessoas envolvidas é mantida oculta até de instituições financeiras e governos.

Mas não tão oculta. Uma notícia esta semana a respeito da recuperação de um resgate indica um avanço. O Departamento de Justiça e o FBI conseguiram rastrear e recuperar a maior parte do valor pago em bitcoin pela Colonial Pipeline durante o recente ataque com ransomware que paralisou o fornecimento de combustível em grande parte da Costa Leste. Parece que conseguiram isso por meio de um extraordinário trabalho forense, sagacidade digital e um pouco de sorte. São raros os sucessos nesse sentido.

Não há razão para tanta dificuldade.

O diretor do Internal Revenue Service (IRS, a **receita federal** americana) pediu ao Congresso autorização para que a agência possa coletar informações a respeito de transações com criptomoedas que ultrapassem US\$ 10 mil. Isso seria um bom começo e colocaria as criptomoedas no mesmo nível das contas bancárias, em vez de lhes conceder uma licença especial em relação ao escrutínio legal.

Muitos dos mais árdios defensores das criptomoedas consideram isso o caminho futuro, um sistema monetário descentralizado e fluido, que oferece uma alternativa para as moedas nacionais. Mas isso não requer anonimato.

Se esses objetivos mais abrangentes forem as verdadeiras razões de ser do bitcoin, a criptomoeda deverá permanecer forte mesmo enquanto seu uso ilegal é gradualmente controlado. Mas se, por outro lado, a propriedade crucial, distintiva e única das criptomoedas for seu uso aberto e eficiente para o crime, por que exatamente os governos do mundo deveriam permiti-las?

FAREED ZAKARIA, É COLUNISTA / TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Imposto para múltis pode trazer R\$ 5,6 bi ao Brasil

**Adriana Fernandes / BRASÍLIA**

Depois de anos de impasse, o acordo histórico do G-7 (grupo das sete maiores economias) para tributar as empresas multinacionais com alíquota mínima de 15% pode forçar uma mudança no cenário da guerra fiscal entre os países e garantir ao Brasil um ganho de arrecadação de  $\approx$  900 milhões (R\$ 5,58 bilhões) ao ano. O cálculo foi divulgado em simulações feitas por pesquisadores do Observatório da Tributação da União Europeia, um laboratório de investigação independente na área tributária com sede na Escola de Economia de Paris.

O estudo considera vários cenários para a implementação do imposto global. Pelas simulações, os Estados Unidos teriam uma arrecadação extra de  $\approx$  40,7 bilhões e a União Europeia mais  $\approx$  48,3 bilhões. Se a alíquota subisse de 15% para 25%, a receita para a União Europeia seria de  $\approx$  168 bilhões e os americanos ficariam com  $\approx$  166 bilhões. Já o ganho para o Brasil subiria para  $\approx$  7,4 bilhões (quase R\$ 56 bilhões).

O governo brasileiro não fez ainda uma manifestação oficial sobre o acordo, referendado ontem pelos líderes dos países do G-7 (Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido).

A posição oficial do Brasil deverá ser conhecida na próxima reunião do grupo de países do G-20 (reúne as 20 maiores economias do mundo), quando o acordo será discutido.

Na última semana, representantes da **Receita Federal** participaram de reunião técnica na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), que trabalha em conjunto com o G-20 para buscar solução para o que é conhecido como "erosão da base tributável" dos países com a migração do lucro das empresas para paraísos fiscais e também para a tributação da chamada economia digital.

A erosão ocorre porque as grandes multinacionais migram o "lucro" para países fiscais de baixa tributação. Essa operação é apenas contábil. O movimento das empresas é feito no papel, sem aumento da capacidade produtiva, levando artificialmente os lucros para serem tributados com uma alíquota muito baixa.

Na prática, as multinacionais montam uma subsidiária no paraíso fiscal e fazem uma série de operações contábeis para apurar todo o lucro fiscal por lá.

Durante o governo de Donald Trump, os EUA estavam na contramão do debate. Mas, com a entrada de Joe Biden, os americanos passaram a adotar uma posição conciliatória para buscar a implementação do acordo.

O acordo tem dois pilares. O primeiro, de maior interesse dos EUA, é fixar alíquota mínima para a tributação global das multinacionais de pelo menos 15%. O segundo, de interesse dos europeus, trata da chamada economia digital e da forma de tributação dos serviços intangíveis de grandes empresas de tecnologia (Google, Amazon, Facebook e Apple), incluindo, por exemplo, algoritmos do tratamento de dados personalizados e outros serviços digitais.

"Essas características fazem com que seja mais fácil mover os lucros de um lugar para o outro e no limite não pagar imposto em nenhum", explica o economista do Ipea, Rodrigo Orair.

Os EUA, onde estão as "big techs", aceitou tributar parte do lucro dessas empresas no destino (onde o serviço é consumido), e não apenas na origem.

Essa era uma demanda dos países europeus e alguns deles já estão cobrando um imposto temporário até que o acordo no G20 seja fechado - a Índia é um dos países que resistem à ideia.

Pacificação. Para Orair, o acordo traz esperança de interrupção de uma espécie de guerra entre os países. Uma situação internacional que é muito parecida com a disputa que ocorre entre os municípios com o ISS (tributo cobrado pelas prefeituras) para atrair grandes empresas.

"Alíquotas mais baixas não vão significar o fim de guerra fiscal, já que podem ser adotados mecanismos de dedução maior da base de cálculo do tributo diminuindo o imposto a pagar", diz Orair. Isso é que foi feito pelos municípios.

Ele avalia que o acordo, porém, foi um sinal de que os EUA se entenderam com os quatro países da União Europeia dentro do G-7 e que a proposta será

encaminhada com mais força para acordo dentro do G-20.

"A liderança do G-7 reduz o peso de forças contrárias", diz Manoel Pires, coordenador do Observatório Fiscal da FGV. Segundo ele, antes do acordo havia pressão para os países tentarem soluções locais, mas sempre houve receio de retaliações.

Pires acredita que a mudança sugere que mais avanços são possíveis. Ele explicou que o imposto global mínimo de 15% se aplica às empresas multinacionais.

Por exemplo, caso adote o imposto, o Brasil poderá tributar suas multinacionais.

As alíquotas domésticas continuarão sendo definidas localmente.

"No caso de multinacionais, se a empresa for tributada por uma alíquota inferior no país onde o lucro foi apurado (como um paraíso fiscal), o país de origem poderá cobrar a diferença para alcançar a alíquota mínima", diz Pires. Ou seja, se uma multinacional brasileira é tributada em 2% em um paraíso fiscal, o País poderá cobrar a diferença até alcançar os 15%.

Segundo ele, como no Brasil a alíquota do Imposto de Renda das empresas é alta (34%), é provável que as multinacionais continuem com o incentivo para fazer esse tipo de operação.

Já no caso dos serviços digitais de grandes empresas de tecnologia, Orair afirma que é preciso ter cuidado com a análise do impacto, porque o Brasil tributa as importações de serviços e remessas. Isso fez com que grande parte dessas empresas abrissem filiais no Brasil. Para ter impacto maior, avalia ele, será necessário fechar outras brechas para a erosão. O Brasil, se quiser adotar o imposto global, terá de alterar a legislação do IR local. O avanço no acordo internacional ocorre no momento que o Congresso tenta aprovar uma fatia da **reforma tributária**.

Ganho

R\$ 56 bi seria o ganho anual brasileiro caso a alíquota de tributação sobre multinacionais subisse de 15% para 25%; países do G-7 costumam formato que deve impedir que grandes empresas fujam para paraísos fiscais.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## Acordo agora segue para aval do G-20

Delegado do Brasil nas Organizações Internacionais Econômicas em Paris, o embaixador Carlos Marcio Cozendey avalia que o acordo dos países do G-7 para um imposto mínimo de 15% das multinacionais fomentará negociação mais forte no G-20, mas os principais desafios foram superados.

Para ele, serão necessárias muitas etapas técnicas, mas a decisão dos sete países vai criar um empuxo para tentar resolver sua implementação.

Por enquanto foi uma decisão do G-7 sobre alguns pontos centrais que serão apresentados ao G-20 pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A negociação não inclui só países da entidade, mas vários outros, como o Brasil. A resistência parte não só dos países de tributação baixa, mas dos que não são sede de muitas multinacionais, aqueles em desenvolvimento.

Cozendey destaca a importância do precedente ao estabelecer discussão para uma taxa mínima, que nunca foi aceita.

"Isso avançou bastante. Nunca se tinha aceitado discutir um nível de taxa", afirma.

Ele chama atenção para o fato de que, apesar de se falar num percentual mínimo, os países não são obrigados a adotar a medida.

Esse precedente é importante porque gera consequências indiretas, já que diminuiu o estímulo para que as empresas direcionem suas sedes, seus "lucros" para países de tributação baixa.

"Todo mundo vinha demonstrando interesse em fazer essa negociação avançar, mas agora que se tem uma proposta clara, com números, os países conseguem avaliar quanto ganham e quanto perdem. Entramos numa fase de negociação digamos quantitativa de países", prevê.

Alguns países dentro do G-20 são resistentes até mesmo na questão do grau em que deveriam ter acesso na distribuição desses recursos. No Brasil, o nível de imposto das empresas é bem mais elevado, de 34% no IRPJ. A ideia do governo na etapa da **reforma tributária** no Congresso, que trata do Imposto de Renda, é reduzir a taxa das corporações com a volta da cobrança dos lucros e dividendos na pessoa física.

Para o ex-secretário da **Receita Federal**, Jorge Rachid, o acordo ainda é incipiente. Para ele, o impacto para o Brasil não será tão grande porque a tributação local é mais elevada. "Nossa tributação é maior. Impacta para países com tributação menor, como a Irlanda", diz. Na prática, significa que, se a Irlanda não subir para 15%, os países poderão cobrar a diferença.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



## Você sabe o que é período de graça? (2)

**Dinorá Carla de Oliveira Rocha Fernandes Mestre e pós-graduada em direito, advogada, professora e coordenadora do Programa de Inclusão e Educação Previdenciária (Piep) da Faculdade de Direito Milton Campos**

Em tempos de pandemia em que o desemprego e o adoecimento aumentaram assustadoramente, é necessário ficar atento a uma questão de extrema importância: a manutenção da qualidade de segurado e período de graça. E já explico: segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram registradas 13,8 milhões de pessoas na fila do desemprego em 2020.

Aumentou também a taxa de desalentados -pessoas desprovidas de alento, ânimo, forças, coragem ou esperança para agir e que já desistiram de procurar emprego. A consequência? Aumento de trabalho com vínculos desestruturados - sem carteira assinada e direitos trabalhistas - ou informais, o que acaba estagnando a economia local, mas isso é assunto para outro artigo.

Em termos de adoecimento, só para falar de doença mental, um estudo feito pelo Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) aponta que os casos de depressão praticamente dobraram desde o início da quarentena.

Entre março e abril de 2020, dados coletados on-line indicaram que o percentual de pessoas com depressão saltou de 4,2% para 8%, enquanto a incidência de quadros de ansiedade subiu de 8,7% para 14,9%. O levantamento do IBGE mostrou também que o país atingiu o menor número de contribuintes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). No trimestre terminado em agosto de 2020, havia 53,3 milhões de contribuintes no país, contra 54,6 milhões registrados em maio de 2012, até então, o menor número.

Quando nos deparamos com esses dados, torna-se ainda mais evidente a necessidade de explorar temas como o período de graça e a manutenção da qualidade de segurado.

E o que vem a ser o período de graça? Ele consiste no tempo em que o segurado pode manter o seu vínculo com o sistema previdenciário, mesmo que não esteja contribuindo ou exercendo uma atividade remunerada que o vincule à **Previdência Social** de maneira

obrigatória. Durante este período, ele consegue ter acesso a todos os direitos inerentes à condição de segurado.

Este período varia de acordo com a qualidade de segurado e o tempo de contribuição: para os segurados obrigatórios que tenham vertido para a **Previdência Social** até 120 contribuições, o período de graça é de 12 meses. Já os que tenham feito mais de 120 contribuições - ainda que interrompidas, mas sem perder a qualidade de segurado -, o período de graça é de 24 meses. Para as pessoas que estiverem em situação de desemprego, este período se prorroga por mais 12 meses. Para o segurado facultativo, o período de graça é de 6 meses e para o conscrito, 3 meses. Mas, atenção, a forma de contagem desses prazos pode se estender um pouco mais, conforme os termos do artigo 15, 04º da Lei ns 8213/91.

É comum encontrar segurados em condições de requerer um benefício previdenciário, mas por não estar contribuindo - trabalho com Carteira de Trabalho e **Previdência Social** (CTPS) assinada ou por meio de pagamento de carnê - acreditam que não possuem o direito de recorrer ao **INSS**. E, muitas vezes, esses segurados estão cobertos pela Previdência e seus dependentes deixam de gozar de vantagens previdenciárias que legitimamente têm direito, dentre eles os benefícios por incapacidade, salário-maternidade, auxílio-reclusão e até mesmo pensão por morte.

Tramita na Câmara o Projeto de Lei nº 5539/20, que visa alterar o artigo 15 da Lei nº 8213/91 para obrigar o **INSS** a informar o prazo de manutenção da qualidade de segurado no Regime Geral de **Previdência Social**-conhecido como período de graça. Acho de extrema relevância essa proposta, pois é comum encontrar segurados que sequer ouviram falar desse assunto. De acordo com o texto, a **Previdência Social** deve notificar o segurado quanto ao prazo até um mês após a interrupção do pagamento e até 60 dias antes do término da carência. A ideia é ajudar a restabelecer os pagamentos.

E você, sabe quando termina o seu período de graça?

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

## Por mais justiça social (3)

Um dos aspectos mais observáveis das disfunções do capitalismo brasileiro é o número de trabalhadores informais. A pandemia trouxe a exata dimensão do problema: 40 milhões de pessoas invisíveis precisaram recorrer às primeiras medidas de socorro social. São brasileiros que compõem a força de trabalho sem vínculo com empresas formais ou acesso a redes de **seguridade social**.

Trata-se de uma população que vinha crescendo como herança da recessão que durou até 2016. Mas uma particularidade da crise causada pela Covid-19 foi que o setor informal sofreu mais que o formal, em razão das medidas de isolamento.

Com o relaxamento das regras, porém, a tendência é de retomada mais rápida. Reportagem nessa edição mostra a proliferação de ambulantes de cafés, identificados em pelo menos cinco bairros da capital. "O pré-pandemia nos dá uma boa pista do futuro. A retomada da crise de 2016 se deu pela informalidade e as condições agora serão parecidas", disse à Revista Veja o economista Fernando Veloso, do FGV/IBRE.

Mas essa constatação não pode jamais romantizar a precarização do trabalho. É preciso que o Brasil avance em educação e em oportunidades, com trabalhos mais estáveis e seguros. Só assim haverá mais justiça social.

**Site: <https://www.opopular.com.br/digital/14-junho-2021/1o-caderno>**

# Prova de vida do INSS pode ser feita sem sair de casa

Beneficiários do Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**) podem realizar a prova de vida por meio dos aplicativos Meugov.br e Meu **INSS**, pelo site ([meu.inss.gov.br/cen-tral/#/login](http://meu.inss.gov.br/cen-tral/#/login)), em caixas eletrônicas ou até por procuração.

A medida tem o objetivo de evitar aglomerações durante a pandemia. A necessidade de fazer a prova de vida foi retomada neste mês, após interrupção em março do ano passado. Durante o período, os beneficiários não deixaram de receber seus pagamentos.

O novo sistema viabiliza a prova de vida online através de tecnologia de biometria facial, desenvolvida pelo Serpro e pela Dataprev.

O procedimento vai facilitar a vida de cerca 36 milhões de aposentados, pensionistas e beneficiários de programas assistenciais. Para utilizar a funcionalidade, é necessário que o usuário tenha feito a coleta de biometria para o título de eleitor, além de possuir uma conta no gov.br, o portal de serviços de governo. A obrigatoriedade da prova de vida foi retomada, após interrupção em 2020 cativos MeuGov.br e Meu **INSS** estão disponíveis na Google Play e App Store, ou, ainda, nos ambientes web.

Prova de vida Realizada anualmente para comprovar a existência do beneficiário e evitar fraudes, a prova devida é exigida de todos os que recebem benefícios de seguro social por meio de conta corrente, poupança ou cartão magnético. Para não ter o pagamento suspenso, as provas já vencidas devem ser realizadas novamente até as datas limite. Segundo estimativa da autarquia, cerca de 11 milhões de pessoas se encontram em situação de pendência, o que corresponde a um terço dos beneficiários.

Caso não seja possível a realização da prova de vida por celular, a orientação do **INSS** é que o cidadão procure a agência bancária responsável pelo recebimento do benefício.

Uma terceira opção é fazer a prova de vida por meio de um procurador. Mas, para isso, é preciso que a procuração seja cadastrada no **INSS**. Esta também é uma alternativa para quem mora no exterior.

**Site:**

***[http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_C30068FD387EA52B3A13EE6CD62436E17AE287A5E11E85E457EDE0AE22839CE3D55256418F4F30E67131EC0A334279DCA36297B4B8A2E70F4D417A2E057E50941A778FDB66DD0451A29B48054ED4EB0588C9B57FF81B1508E2B78F03C45D918C2060749349092FF0D8B117D3C88CD77880D5586B50F352DD58A848](http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_C30068FD387EA52B3A13EE6CD62436E17AE287A5E11E85E457EDE0AE22839CE3D55256418F4F30E67131EC0A334279DCA36297B4B8A2E70F4D417A2E057E50941A778FDB66DD0451A29B48054ED4EB0588C9B57FF81B1508E2B78F03C45D918C2060749349092FF0D8B117D3C88CD77880D5586B50F352DD58A848)***

# Cota para empregados com deficiência ou reabilitados - DIREITO DO TRABALHO

Acabei de criar uma empresa e gostaria de saber sobre a cota de vagas para pessoas com deficiência. Como funciona? Eu sou obrigada a contratar empregados deficientes mesmo? Se eu demitir um empregado deficiente, eu preciso contratar outro para ocupar seu lugar? MARIA Resposta: A resposta para sua pergunta é: depende do número de empregados que sua empresa tiver.

Primeiro ponto. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com empregados como deficiência ou reabilitados da **Previdência Social**, conforme art. 93 da Lei 8.213/1991. A proporção é a seguinte: de 100 a 200 empregados, 2%; de 201 a 500, 3%; de 501 a 1.000, 4%; e de 1.001 em diante, 5%.

Dessa forma, você precisa verificar a quantidade de empregados da sua empresa. Se tiver 100 (cem) ou mais empregados, terá de cumprir a cota de vagas para pessoas com deficiência ou reabilitadas da **Previdência Social**.

Segundo ponto. A dispensa imotivada de empregado com deficiência ou reabilitado da **Previdência Social** somente poderá ocorrer após a contratação de outro trabalhador na mesma condição (ou seja, empregado com deficiência ou reabilitado da **Previdência Social**), de acordo com o art. 93, parágrafo primeiro, da Lei 8.213/1991.

Desse modo, antes de dispensar o empregado deficiente ou reabilitado, a empresa precisa contratar outro trabalhador com deficiência ou reabilitado. Se a empresa dispensa o empregado deficiente e não contrata ninguém na mesma condição para reposição, o empregado pode entrar na Justiça do Trabalho, pleiteando a nulidade da dispensa e a reintegração imediata ao emprego, sob pena de multa diária (astreintes).

Terceiro ponto. A discussão que existe no Tribunais trabalhistas é a seguinte: a empresa contrata além da cota prevista no mencionado art. 93, ou seja, a empresa contrata mais pessoas com deficiência/reabilitadas do que é obrigada. Nesse caso, se a empresa dispensa o empregado deficiente sem contratar outro empregado nas mesmas condições, a em presa também estaria obrigada a

reintegrar esse empregado?

O Tribunal Superior do Trabalho entendeu que não, ou seja, se a empresa tiver além da cota prevista no referido art. 93, ela pode dispensar o empregado deficiente/reabilitado e não precisa contratar outro nas mesmas condições.

A conclusão é: mantida a cota mínima de contratação de empregados com deficiência ou reabilitados da **Previdência Social**, a dispensa de um dos cotistas não exige reposição imediata.

Site:

[http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_C30068FD387EA52B3A13EE6CD62436E17AE287A5E11E85E457EDE0AE22839CE3D55256418F4F30E67131EC0A334279DCA36297B4B8A2E70F4D417A2E057E50941A778FDB66DD0451A29B48054ED4EB0588C9B57FF81B1508E2B78F03C45D918C2060749349092FF0D8B117D3C88CD77880D5586B50F352DD58A848](http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_C30068FD387EA52B3A13EE6CD62436E17AE287A5E11E85E457EDE0AE22839CE3D55256418F4F30E67131EC0A334279DCA36297B4B8A2E70F4D417A2E057E50941A778FDB66DD0451A29B48054ED4EB0588C9B57FF81B1508E2B78F03C45D918C2060749349092FF0D8B117D3C88CD77880D5586B50F352DD58A848)

# Saiba fazer a prova de vida do INSS e desbloquear o benefício

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) voltou a exigir a prova de vida anual de aposentados e pensionistas e, para isso, organizou um calendário para que o procedimento seja realizado nas agências bancárias sem aglomerações, diminuindo assim a chance de propagação da Covid-19.

Perder o novo prazo, porém, não deve ser motivo de desespero. Mesmo que o benefício seja suspenso, a liberação dos valores retidos ocorrerá assim que o beneficiário realizar a fé de vida no banco. O cancelamento do benefício por falta da renovação da senha ocorrerá somente seis meses após o esgotamento do prazo.

Ainda que a aposentadoria ou a pensão seja cessada, essa não será uma situação definitiva, pois é possível pedir a reativação dos pagamentos. Para reativar o benefício encerrado por falta de fé de vida, é necessário fazer a solicitação pelo aplicativo ou site Meu **INSS** ou ainda pelo telefone 135.

O que fazer No processo realizado pela internet, é preciso apresentar cópias digitalizadas de documentos pessoais, como CPF e RG e comprovante de residência O segurado que tiver dificuldade para fazer a solicitação pelo Meu **INSS** poderá utilizar o telefone 135 para agendar atendimento.

O instituto também pede à população que, durante a pandemia de Covid-19, não compareça às agências da previdência sem marcar hora para o atendimento.

Parte dos beneficiários também está autorizada a fazer a prova de vida por meio de aplicativo para celular. Mas esse procedimento é válido apenas para beneficiários com biometria facial cadastrada nos bancos de dados do governo, como aqueles que possuem a nova CNH (Carteira Nacional de Habilitação) digital.

Procedimento não é realizado por WhatsApp O **INSS** tem alertado que não faz prova de vida por aplicativo de mensagens como o WhatsApp.

Beneficiários não devem enviar fotos do rosto ou de seus documentos a pessoas que fazem contato por WhatsApp ou outros aplicativos de mensagens e se dizem funcionários do **INSS**.

Há o risco de que essas pessoas sejam criminosos em busca de obter dados para a aplicação de golpes na internet contra o próprio aposentado ou contra outras pessoas.

**Site:** <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

# Saiba quando dá para mudar a data da aposentadoria especial

Os trabalhadores que estão expostos a agentes nocivos à saúde têm, agora, mais chances para a concessão da aposentadoria especial do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

A Justiça decidiu que é possível pedir a alteração da data em que deu entrada na solicitação de aposentadoria -procedimento chamado de reafirmação da DER (Data de Entrada do Requerimento)- para incluir mais tempo de contribuição em condições especiais, durante a tramitação do pedido de benefício.

A mudança ocorre após decisão da TNU (Turma Nacional de Uniformização), dos Juizados Especiais Federais, ao analisar dois processos e gerar uma jurisprudência, entendimento que vale para todas as ações do tipo nos TRFs (Tribunais Regionais Federais).

A questão em debate na TNU, na sessão do dia 27 de maio, era em torno da possibilidade de reafirmação da DER em caso de condições mais benéficas para o segurado que atua em área especial. Os juízes decidiram pelo reconhecimento do direito dos trabalhadores.

Em muitos casos, o segurado entra com o pedido de aposentadoria e continua trabalhando em atividade prejudicial enquanto espera. A análise demora e o **INSS** pode negar o pedido, alegando falta de condições mínimas. Mas, se mudara data da aposentadoria para um dia posterior ao do pedido inicial, mas no qual implementou as condições, poderá se aposentar.

"Depois de esperar todo o processo, o trabalhador pode ter o pedido negado por causa da falta de um período trabalhado em condições especiais, que ele não tinha até a DER, mas que, se esse período for incluído, há o direito, o que é bastante benéfico", diz Adriane Bramante, presidente do IBDP.

Em nota, o **INSS** diz que a data da aposentadoria é o momento em que o segurado atinge o direito e afirma que não é possível ao segurado pedir a inclusão de tempo após ter a concessão do benefício.

Data inicial do benefício conta após ação no Juizado Os dois processos que chegaram à TNU e se rviram

de referência para a jurisprudência são de Santa Catarina e Paraná. Em um deles, o de Santa Catarina, o trabalhador era agente florestal e tinha contato direto com herbicida e formicida.

Ele contava com 34 anos, nove meses e nove dias de contribuição na data em que pediu a aposentadoria (outubro de 2019). Faltavam dois meses e 21 dias, período que foi comprovado com a mudança da DER, para a data do julgamento do recurso, em julho de 2020.

No segundo caso, do Paraná, o segurado era tratorista e também fez uma solicitação de alteração da DER para incluir atividade especial até o início da ação judicial no Juizado.

**Site:** <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

# Faxineira cobra resposta para o auxílio-doença

Moradora de Campinas (93 km de SP), a leitora Aparecida de Lima Cassiano, 60 anos, espera desde outubro do ano passado a resposta do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) para um pedido de auxílio-doença.

Até outubro, Aparecida trabalhava como faxineira, mas, segundo ela, teve de interromper o serviço por causa de diversos problemas de saúde. A segurada diz que tem bico de papagaio (tipo de problema na coluna), fibromialgia (doença que provoca dor no corpo), artrose e hipertensão.

Em julho, Aparecida teve Covid-19. "Ficaram algumas sequelas. Agora, além das dores, tenho dificuldade para respirar, o que me dá muito cansaço, mesmo depois de pequenos serviços." A faxineira informa que fez o pedido de benefício pelo site do **INSS**. Ela garante ter enviado os atestados médicos que comprovam os problemas. Desde então, diz que não recebeu nenhum retorno, nem mesmo uma convocação para perícia.

No ano passado, por causa da pandemia, o **INSS** suspendeu a realização de perícias presenciais. Com isso, o instituto antecipava um salário mínimo (de R\$ 1.045) para os solicitantes que enviassem a documentação médica no pedido. Se o beneficiário tivesse direito a um auxílio maior do que o mínimo, a diferença seria paga depois. O **INSS** adotou a medida novamente neste ano, mas com algumas diferenças. Agora, não é pago mais um adiantamento, mas o valor exato.

"Estou implorando para que o **INSS** me atenda. Como estou sem trabalhar, estamos com muita dificuldade aqui em casa", diz ela.

**INSS** terá que realizar perícia O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) informou, por meio de nota enviada por sua assessoria de imprensa à reportagem, que não foi possível concluir a análise do pedido feito por Aparecida de Lima Cassiano somente por meio da documentação apresentada. "Por isso, ela deverá agendar uma perícia médica presencial no prazo de sete dias, a contar da ciência da comunicação. Questionada, Aparecida disse que não foi informada a respeito da necessidade da realização de uma perícia presencial.



**Site:** <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

# O que acontece com as dívidas de quem morreu? Tire as suas dúvidas

**KARILAYN AREIAS** *karilayn.areas@odia.com.br*

Pensar na morte de parente pode gerar medo e ansiedade. Mas é inevitável se deparar com questões para resolver quando isso acontece. Entre incertezas e dúvidas que nos acometem está o que fazer com dívidas de quem faleceu. Segundo a advogada especialista em Direito de Família, Cátia Vita, é importante ressaltar que parentes não herdam os débitos.

"Os herdeiros jamais têm obrigação de pagar, eles próprios, as dívidas da pessoa falecida.

Os filhos não herdam dívidas dos pais, pois não existe a famosa "herança de dívidas".

É o patrimônio da pessoa falecida que será responsável pelo pagamento, não importando que seja insuficiente", explica.

Vita diz ser preciso fazer inventário após a morte, quando os bens serão avaliados.

"O patrimônio vira espólio.

Ou seja, o conjunto de bens, direitos e obrigações que integram o patrimônio deixado pelo 'de cujus' (falecido). Será partilhado entre herdeiros no inventário e representado pelo inventariante", informa.

Apesar dos parentes não herdarem as dívidas, credores podem acionar o espólio judicialmente para receber o devido, alerta o advogado, especialista em recuperação de crédito, e presidente da Cobrart, Luiz Felizardo Barroso.

"Inventário ou arrolamento será sempre necessário, ainda que negativo. Quando o valor das dívidas ultrapassa o dos bens deixados, não há necessidade de os familiares pagarem o restante", tranquiliza.

Já sobre o Imposto de Renda, o advogado informa que "o espólio está sujeito aos mesmos prazos e condições de obrigatoriedade de apresentação de Declaração de IR das pessoas físicas".

Contadora e membro do Fórum 3C, Elisângela Castelo acrescenta que o responsável pelo falecido deve preencher e entregar a declaração de espólio no ano

posterior à morte para atender a obrigatoriedade fiscal ou, havendo herança, a declaração precisa ser enviada anualmente até a conclusão do processo de inventário.

Barroso adverte que "é importante ter conhecimento da existência de seguros de vida, contas bancárias e situação do falecido no **INSS**.

É preciso fazer inventário após a morte, quando os bens serão avaliados no processo

## DIREITOS TRABALHISTAS

Beneficiários podem sacar FGTS, 13º, férias e saldo de salário

Com relação aos direitos trabalhistas, o advogado Solon Tepedino esclarece que o beneficiário da pessoa que morreu tem direito a sacar o FGTS, bem como, 13º, férias, e saldo de salário, se houver.

"O dependente econômico desse ex-empregado está habilitado a sacar esses benefícios.

Se a empresa estiver devendo ao funcionário, o dependente pode inclusive pleitear na Justiça do Trabalho horas extras, desvios de função, entre outros direitos", diz.

Já sobre a aposentadoria, segundo Cátia Vita, tem direito ao benefício tanto herdeiros de trabalhadores CLT quanto aqueles herdeiros de funcionários não CLT, mas que contribuíram para a **Previdência Social**.

"Podem requerer o benefício filhos (biológicos ou adotivos) até 21 anos de idade, salvo em caso de invalidez ou deficiência (nessas situações, recebem a vida toda); marido ou mulher, companheiro (a) em união estável, cônjuge divorciado ou separado judicialmente que recebia pensão alimentícia. Se não houver filhos ou cônjuge, pais do segurado que morreu podem pedir a pensão, desde que comprovem dependência econômica. Se os pais não estão mais vivos ou se eles não dependiam dele, irmãos podem pedir o benefício. Também é preciso comprovar dependência financeira.

Para os irmãos, a pensão só será paga até os 21 anos

de idade, salvo em casos de invalidez ou deficiência",  
explica.

**Site:**

**<https://edicao.odia.com.br/2021/06/14/105951/issue9190.pdf>**

# O que fazer quando o INSS nega o benefício após a perícia ?

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2021/06/14/TVRECORDDF-07.45.37-07.49.52-1623668898.mp4>**

## Obstáculos para a PEC 32

**VERA BATISTAISRAEL MEDEIROS**

Instalada na semana passada, a Comissão Especial que discutirá a reforma administrativa (PEC 32/2020) tem o desafio de lidar com lobbies poderosos no Congresso Nacional. Apesar do interesse do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em avançar nas discussões, deputados são cautelosos ao avaliar o alcance da reforma, enquanto categorias de servidores criticam o teor do texto apresentado pelo governo e não veem a menor condição de a proposta ser aprovada, especialmente às vésperas de ano eleitoral.

Um ponto crítico na PEC 32 é a não inclusão dos chamados "intocáveis": juízes, procuradores, parlamentares e militares. Essas classes tiveram benefícios mantidos e até receberam aumentos nos subsídios. Os integrantes da Comissão adotam cautela ao comentar essa questão. Em entrevista ao Correio, o presidente da Comissão Especial, deputado Fernando Monteiro (PP-PE), não se opõe à inclusão dos servidores do Judiciário, do Legislativo e do Ministério Público. Mas ressaltou a necessidade de se haver um amplo diálogo e de que "todas as emendas sejam apreciadas". O relator da proposta na Comissão Especial, por sua vez, tem manifestado explicitamente o desejo de incluir esses grupos na reforma.

Arthur Maia (DEM-BA) se alinha ao ponto de vista do deputado Kim Kataguri (DEM-SP), que busca reunir assinaturas suficientes para incluir servidores das carreiras de Estado na reforma. "Se transformarmos a reforma em algo onde quem é a favor da reforma está contra os **servidores públicos** e quem é contra a reforma é a favor deles, certamente nós não vamos chegar a lugar nenhum. Isso é muito mais amplo. Nós estamos aqui tratando de qualificar o Estado brasileiro no sentido de prestar um serviço público de melhor qualidade", afirmou Maia.

Sem salvação

As entidades representativas dos servidores têm outro ponto de vista. Criticam o teor da proposta encaminhada pelo governo, temem o sucateamento do serviço público não veem interesse genuíno dos parlamentares em discutir tema de notório desgaste político. Edvandar Paiva, presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), não vê um item que possa ser aproveitado na PEC 32. "Esse texto não serve para nada. Nem mesmo após as mudanças na CCJ. Não tem como salvar. Continuam

lá os terceirizados, as contratações por tempo indeterminado, não se sabe quem são as carreiras de Estado e os privilégios foram mantidos. Apesar da insistência de alguns, os parlamentares estão com receio e já entenderam que não será bom para eles votar essa proposta. Ninguém fala mais em reforma administrativa no Congresso, porque isso vai ter impacto nas eleições de 2022". Mesmo que a PEC 32, por insistência do presidente da Câmara, comece a tramitar, vai encontrar resistências na comissão especial. "Não vai ser como a reforma da Previdência, quando o governo passou o trator. Vale lembrar que, na CCJ, a PEC 32 não passou com folga. Foram apertados 39 votos a 26 votos. A melhor saída para o governo é abandonar a proposta e rediscutir o tema", enfatiza Luís Boudens, presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef).

Na análise da economista Ana Carla Abrão, da consultoria Olyver Wyman, o Congresso precisa decidir que tipo de serviço público quer para o país. "Se tivermos, por parte relator ou do Congresso, a defesa de castas e privilégios, veremos a consolidação das distorções e não a garantia de melhores condições para os trabalhadores da educação, saúde e segurança pública", afirmou.

# Saiba o que o inquérito dos atos antidemocráticos já descobriu

**Marcelo Rocha e Matheus Teixeira**

FOLHA EXPLICA

COMO CHEGAMOS AQUI?

O inquérito dos atos antidemocráticos foi aberto em abril de 2020 para investigar aliados do presidente Jair Bolsonaro envolvidos com as manifestações que defendiam o fechamento do STF (Supremo Tribunal Federal) e do Congresso Nacional, além da volta da ditadura militar. Em oito meses de apuração, a partir de buscas e quebra de sigilos bancário e telemático, a Polícia Federal coletou informações sobre influentes nomes do bolsonarismo, como o ex-secretário de Comunicação Fábio Wajngarten, o blogueiro Allan dos Santos e o empresário Otávio Fakhoury.

-

Uma disputa entre Polícia Federal e Procuradoria-Geral da República (PGR) ameaça o andamento do inquérito que investiga os atos antidemocráticos de abril de 2020, em um dos quais participou o presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

A Polícia Federal defende a ampliação das investigações. A PGR, por sua vez, quer arquivamento.

A palavra final caberá ao ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF). Antes de decidir, porém, o magistrado levantou o sigilo dos autos principais e de uma parte dos anexos.

\*

O que é investigado no inquérito?

A investigação foi instaurada a pedido da PGR para identificar os organizadores e financiadores de manifestações realizadas em abril do ano passado que pediam o fechamento do Congresso e do STF, além do retorno da ditadura militar.

Quais medidas de investigação foram cumpridas?

A principal operação ocorreu em junho do ano passado, quando foram cumpridos 21 mandados de

busca e apreensão autorizados pelo ministro Alexandre de Moraes. Parlamentares, blogueiros e empresários foram alvos da PF.

Com celulares e arquivos apreendidos, a polícia elaborou relatórios em que separou diálogos e elementos que poderiam ajudar na elucidação da estrutura usada para fomentar os protestos antidemocráticos. Também no âmbito desse inquérito foram decretadas as prisões da militante Sara Winter e do jornalista Oswaldo Eustáquio, entre outros.

Quem são os principais alvos do inquérito?

Além de parlamentares da base de apoio do presidente no Congresso, a PF investiga dezenas de pessoas, entre empresários, militantes e responsáveis por perfis de apoio a Bolsonaro nas redes sociais. Auxiliares diretos do chefe do Executivo no Palácio do Planalto também são alvos da apuração.

Dois filhos do presidente- o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) e o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) - foram ouvidos pela polícia na condição de testemunhas.

A PF também chegou a pedir que fossem cumpridos mandados de busca e apreensão contra o então secretário de Comunicação do governo, Fábio Wajngarten, e o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, comandado por Damarens Alves.

O blogueiro Allan dos Santos, responsável pelo canal Terça Livre, um dos mais populares entre os apoiadores de Bolsonaro, o empresário Otávio Fakhoury, o advogado Luís Felipe Belmonte e o marqueteiro Sérgio Lima - esses dois últimos envolvidos na criação da Aliança, partido que o chefe do Executivo pretendia criar -, também são considerados peças importantes do inquérito.

O que a PF e a PGR encontraram contra os envolvidos? Entre outras coisas, a polícia identificou que 12 perfis bolsonaristas no YouTube receberam mais de R\$ 4 milhões entre 2018 e 2020 via monetização de vídeos publicados em apoio ao chefe do Executivo, muitos deles com ataques às instituições.

Colheu informações de que alguns dos responsáveis

por esses perfis mantinham contato com assessores especiais da Presidência, especialmente Tércio Arnaud, apontado como um dos integrantes do chamado "gabinete do ódio", grupo tutelado por Carlos Bolsonaro.

APF levantou informações sobre a organização dos atos democráticos. Identificou, por exemplo, que Renan Sena, então terceirizado no ministério de Damares Alves, arcou com despesas de carros de som usados nas manifestações, incluindo a do dia 19 de abril de 2020, em frente ao QG do Exército e que contou com a participação de Bolsonaro.

Que achados relevantes da PF não têm vínculo direto com os atos?

A polícia encontrou no computador do empresário Otávio Fakhoury notas fiscais emitidas por duas gráficas do Nordeste. Os documentos indicam que Fakhoury custeou material de divulgação da campanha de Bolsonaro à Presidência em 2018. Não há registro dessa doação na Justiça Eleitoral. De acordo com o material, foram contratados serviços para a impressão de 560 mil itens de propaganda eleitoral, entre panfletos e adesivos.

Fakhoury emitiu **comunicado** em que afirmou que as notas fiscais "referem-se a pagamento de despesas de amigos que fazem parte de movimentos sociais". "Por não se tratarem de doação à campanha do candidato, não comunique! a ele, à coordenação da campanha ou a pessoas próximas a ele sobre esses pagamentos", disse.

O que foi identificado sobre Fabio Wajngarten?

Diálogos entre Wajngarten e Allan do Santos mostram a atuação do então secretário do governo para ajudar o blogueiro a se aproximar do que chamou de "mídia aliada". Além disso, o secretário também recorreu a Allan para pedir ajuda em meio à crise desencadeada por informação revelada pela Folha de que sua empresa mantinha contratos com veículos de comunicação que recebiam verba publicitária do Executivo. "Me ajuda nas redes", solicitou.

Por que a PGR pediu arquivamento dos casos relativos aos parlamentares? Apesar de a PF sustentar que há elementos que indicam a necessidade de mais investigação, a PGR afirma não ter encontrado nenhuma prova que vincule os 11 parlamentares investigados.

A Procuradoria afirmou que nenhuma das hipóteses criminais investigadas pela PF foi corroborada por provas e que a investigação "tomou um rumo completamente diferente" no curso das apurações. Por

isso, segundo a PGR, o trabalho da PF tomou-se de "difícil compreensão".

O que o arquivamento representaria para o governo? Além dos filhos do presidente, o inquérito envolve pessoas influentes no universo bolsonarista. O pedido de arquivamento reforça o discurso do presidente e de seus aliados de que as manifestações foram atos de apoio a ele e que pautas antidemocráticas foram defendidas apenas de maneira isolada e sem uma organização nesse sentido.

Por que a PGR levou cinco meses para se manifestar sobre o relatório da PF?

Em dezembro, após oito meses de apuração, a PF enviou ao ministro Alexandre de Moraes relatório inconclusivo sobre o trabalho, frisando que era preciso aprofundar. Moraes enviou o documento para a PGR opinar.

De acordo com a PGR, os autos chegaram ao órgão em janeiro, mês de férias no STF e na Procuradoria, e começaram a ser analisados em fevereiro. A PGR afirma ainda que a polícia não apontou nem sequer a que folhas dos autos correspondiam os elementos probatórios e depoimentos. "Foi necessário que a PGR destacasse equipe para sanear a organização dos autos e identificar em quais dos mais de 50 volumes estavam os elementos citados no relatório da PF", disse, em nota enviada à Folha.

Por que a PF discordou da metodologia proposta pela PGR para a investigação?

A delegada Denisse Dias Ribeiro, encarregada do inquérito na PF, afirmou ao Supremo que as "ações concomitantes" solicitadas pela Procuradoria no início das investigações resultariam em volume demasiado de dados, o que seria contra produtivo para a apuração. É comum que ambos os órgãos participem da mesma apuração. Geralmente, os dois têm linhas investigadas comuns para facilitar a verificação dos elementos investigados. Os desentendimentos, porém, ocorreram desde o início, inclusive em relação à principal operação, de junho do ano passado, quando os órgãos divergiram sobre as medidas a serem realizadas.

Houve outras discordâncias entre PF e PGR?

Em junho, dois meses após a abertura do inquérito, a polícia pediu a Moraes para realizar buscas na Secom, na casa do então titular da secretaria, Fábio Wajngarten, em três agências publicidade contratadas pelo governo federal e no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, pasta comandada por Damares Alves. No final de agosto, a PGR enviou

parecer a Moraes discordando da PF por considerar que na ocasião não havia informações mais concretas sobre o envolvimento de servidores públicos.

O que a PGR sugere que tenha prosseguimento em primeira instância?

A Procuradoria solicitou a Alexandre de Moraes que seis investigações contra pessoas sem foro especial sejam prosseguidas em primeira instância. Entre elas, está uma renegociação do valor do aluguel de um terreno do empresário bolsonarista Otávio Fakhoury com a Petrobras. Um acordo extrajudicial teria elevado o valor do negócio de R\$ 30 mil mensais para R\$ 110 mil em um primeiro momento e, depois, para R\$ 150 mil. Outro caso diz respeito ao "fluxo da monetização" realizado por Allan dos Santos, dono do canal bolsonarista Terça Livre.

Por que os deputados Otoni de Paula (PSC-RJ) e Daniel Silveira (PSL-RJ) foram denunciados pela PGR ao Supremo, o que não ocorreu com outros parlamentares alvos do inquérito? Segundo as acusações enviadas ao Supremo, os parlamentares cometeram o crime de coação por tentar intimidar quem poderá julgá-los. A coerção ocorreu no curso da investigação, mas não era um crime que figurava entre os tipos penais previstos inicialmente para serem apurados.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>**

**58**



## Como defender o indefensável? (2)

**Guilherme da Cunha**

O projeto da Reforma Administrativa foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados na semana passada e agora será analisado em comissão especial. Está aberta a temporada de malabarismos lógicos e de "ameaças" por quem terá privilégios ameaçados.

A Reforma Administrativa visa modernizar o Estado brasileiro, aumentar a eficiência e qualidade do serviço público, combater privilégios para corrigir injustiças e fazer, a longo prazo, que o Estado caiba no bolso do cidadão que tudo sustenta com seus impostos.

Ao enviara proposta para o Congresso, o governo deixou juízes, promotores e políticos de fora, bem como os atuais servidores públicos. Congressistas da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa (FRA), presidida pelo dep.federal Tiago Mitraud (Novo-MG), trabalham para incluí-los na Reforma, com especial atenção para a elite do funcionalismo.

Um dos privilégios que ficou fora do texto original, mas que a FRA quer incluir, é o fim das férias de 60 dias de juízes e promotores. Imediatamente, a presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) manifestou contra o fim desse privilégio. Em um malabarismo lógico, disse que acabar com as férias em dobro e fazer o Poder Judiciário trabalhar mais 30 dias no ano fará com que o julgamento dos processos se torne mais lento.

Além do malabarismo, fez uso também da "ameaça". Disse que "quaisquer emendas parlamentares que tenham o objetivo de estender aos magistradosas medidas previstas para os servidores do Poder Executivo padecerão de vício de iniciativa", e que a AMB "não admitirá que afronte a Constituição e a Lei Orgânica da Magistratura". Mais recentemente, disse que o fim do privilégio das férias provocará uma debandada de juízes para a iniciativa privada em busca de melhores salários, deixando o Judiciário carente de pessoal.

Em 14/12/2020, informei nessa coluna que os ganhos médios dos juízes e desembargadores mineiros era de R\$ 61.140,93 por mês. Hoje, trago a informação aos leitores e em especial à presidente da AMB que o salário médio de um advogado no Brasil, baseados nos dados de contratações dos últimos 12 meses, é de R\$3.728,00. Dezesseis vezes menos. Desejo boa sorte para os juízes que abandonarem a magistratura em

busca de maiores salários na iniciativa privada e resiliência aos congressistas para resistir às pressões internas que certamente virão após aqueles que se agarram aos privilégios perceberem que não conseguirão ter a opinião pública ao lado deles na defesa dessa e de outras imoralidades bancadas com os impostos do povo.

Guilherme da Cunha

Advogado pós-graduado em Direito Tributário, deputado estadual, coordenador da Frente Parlamentar pela Desburocratização

**Site:**

<http://digital. hojeemdia.com.br/pub/jornalhojeemdia/#page/1>

# Senso de justiça social

Em meio a novo pico de pobreza e pressão para ampliar programas de renda, pesquisa inédita do Datafolha para a Oxfam Brasil revela que a maioria dos brasileiros hoje é favorável a aumentar a tributação para financiar políticas sociais.

O apoio mais que dobrou desde 2017, saltando de 24% dos brasileiros para 56%. Nove em cada dez acham que reduzir a desigualdade deveria ser a prioridade do governo; e maioria (68%) acredita que atacar a questão é fundamental para o desenvolvimento.

**Programas sociais** Com a taxa de pobreza no Brasil no maior patamar em cerca de 15 anos devido à pandemia da covid-19, o Congresso vem pressionando o governo Jair Bolsonaro a encontrar fontes para financiar um programa de distribuição de renda mais robusto; ou reforçar o Bolsa Família.

O próprio presidente tem interesse, pois sua popularidade vem acompanhando de perto, desde 2020, o pagamento do auxílio emergencial. Quanto maior o benefício, mais brasileiros o aprovam.

No ano passado, o governo chegou a ensaiar a criação do Renda Brasil, que unificaria vários programas sociais. Mas Bolsonaro enterrou o assunto dizendo que não tiraria dinheiro "dos pobres para dar aos paupérrimos" - pois o programa eliminaria alguns benefícios para assalariados formais de menor renda.

**Taxa de pobreza** A taxa de pobreza no Brasil, considerando quem vive com menos de R\$ 246 ao mês (R\$ 8 ao dia), subiu de 11% em 2019 para 16% no primeiro trimestre deste ano. Os brasileiros na miséria passaram de 24 milhões para 35 milhões, segundo dados da FGV Social.

Em 2020, o pagamento do auxílio emergencial mostrou como programas desse tipo têm impacto imediato: em agosto, no auge do pagamento do benefício mensal de R\$ 600, a taxa de miseráveis caiu para 4,6% (10,1 milhões de pessoas), a menor da série histórica.

Entre abril e julho deste ano, enquanto estiver sendo pago o novo auxílio médio de R\$ 250, a pobreza extrema deve recuar dos 16% do primeiro trimestre para 13% (28 milhões de pessoas). A partir de agosto, a tendência é que a taxa volte a subir se a economia não reagir, principalmente para os trabalhadores na informalidade - cujas vagas, dependendo da

ocupação, encolheram até 20% em 2020.

Mais **impostos** para os mais ricos

Enquanto se discute uma **reforma tributária** no Congresso, a pesquisa Datafolha/Oxfam revela que um percentual ainda maior de brasileiros (84%) apoia tributar principalmente os mais ricos para financiar políticas sociais. Na contramão, os mais ricos (com renda acima de cinco salários mínimos, ou R\$ 5.500) são os menos favoráveis a isso. Entre eles, a adesão à ideia é de apenas 35%. Já entre os que ganham até um salário mínimo (R\$ 1.100) e que, em tese, poderiam ser beneficiados pelos programas, o apoio vai a 61%.

Segundo cálculos do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made) na FEA/USP, cada R\$ 100 redistribuídos do 1% mais rico no Brasil para os 30% mais pobres podem gerar uma expansão na renda agregada de R\$ 106,70, acelerando o consumo e o crescimento.

O cálculo leva em conta a estrutura distributiva e a propensão das diferentes classes em consumir, em que os 10% mais pobres gastam 90% da sua renda adicional no consumo; e o 1% mais rico, 24%.

Já o aumento do apoio da população em geral à cobrança de mais **impostos** de toda a sociedade pode ter ligação com a deterioração da situação pessoal dos brasileiros.

SAIBA MAIS

» Ao concentrar grande parte da carga tributária bruta no consumo de bens e serviços, o Brasil acaba onerando proporcionalmente mais os pobres - que consomem quase toda a sua renda.

» Enquanto a **reforma tributária** não avança e com o término do novo auxílio emergencial previsto para julho - mas que o governo já anunciou que vai ser renovado -, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), chegou a afirmar que o Congresso poderia editar medida para prorrogar o programa "por um ou dois meses" - mas sem dizer de onde viriam os recursos.

» Em 2020, o auxílio foi pago entre abril e dezembro empregando R\$ 293 bilhões. A rodada atual prevê inicialmente apenas R\$ 44 bilhões (15% do total do ano passado).

» O ministro da Economia, Paulo Guedes, também tem se movimentado para criar alternativas e já anunciou a prorrogação do auxílio emergencial por mais dois ou três meses até que o governo implemente o programa social que substituirá o Bolsa Família.

Mais gente acredita que ficou pobre

A pesquisa revela que 69% dos brasileiros agora se consideram membros da "classe média baixa" ou "pobre", um aumento de cinco pontos percentuais em relação a 2019.

Houve redução também na expectativa de mobilidade social, segundo o levantamento - que ouviu presencialmente 2.079 pessoas em 130 municípios do Brasil entre 7 e 15 de dezembro de 2020. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos.

Para Jefferson Nascimento, coordenador da área de Justiça Social e Econômica da Oxfam Brasil, o fato de agora a maioria da população aceitar mais **impostos** sobre a sociedade como um todo (e não apenas sobre os mais ricos) revela que há um entendimento de que novos programas são necessários e que precisam de financiamento para acontecer.

"Parece ter caído a ficha de que é preciso dinheiro para esses investimentos.

Há também uma percepção de que o Estado deve ser o responsável por políticas de combate à desigualdade, em linha com o que órgãos como o FMI [Fundo Monetário Internacional] e Banco Mundial vêm colocando", afirma Nascimento.

**Reforma tributária** Um dos objetivos da pesquisa é inserir o tema na discussão da **reforma tributária** que eventualmente governo e Congresso venham a perseguir nos próximos meses. A ideia é obter assim mais equidade na arrecadação e aumento dos recursos para programas contra a desigualdade.

Trabalho do economista Pedro Ferreira de Souza, autor de "Uma História da Desigualdade" (prêmio Jabuti em 2019), mostra que, na comparação com outras regiões importantes (ou mesmo com a América Latina e sul da Europa), o Brasil é o país que menos arrecada **tributos** via Imposto de Renda - por meio do qual são **taxados** sobretudo os mais ricos e, predominantemente, os empregados formais.

Site: [https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-3d36c145f1f16c368173c437335b4acd.pdf](https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-3d36c145f1f16c368173c437335b4acd.pdf)

# A bagunça dos impostos no Brasil - ECONOMIA E NEGOCIOS

**NEWTONPORTO**

Que todos nós pagamos uma fortuna com impostos não é nenhuma novidade. Afinal de contas, o Brasil é um país continental, com 27 unidades federativas e cada uma tem suas regras de tributação. De acordo com o Complexity Tax, organização que avalia a carga tributária de 100 países, o Brasil é o país mais complicado em termos de carga tributária do mundo. Se considerarmos isso já é uma grande complicação, imagine lidando com a bagunça que é a tributação interna do país, deixa qualquer pessoa ainda mais confusa.

Se um empreendedor de qualquer porte trabalha com vendas, tem que encarar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para pagar sobre seu trabalho. Aí começa o rolo todo... São várias alíquotas para diversos tipos de produtos. Trabalhando com a hipótese de uma alíquota só, a base, que em São Paulo é 18%, Sergipe 25%, e Rio de Janeiro, com 21%, somente de alíquota interna, já dificulta a compreensão do que compramos e quanto pagamos. Quando tratamos das alíquotas internas de outros estados, para os empreendedores que vendem para fora de sua base física, quem está em Sergipe, mas vende frango para a Bahia, por exemplo, paga 14%, enquanto da Bahia para cá, o mesmo frango paga 7% de imposto. Então temos penas dos pobres frangos para todo lado, que nos deparamos em 729 variações de alíquotas somente do ICMS, considerando a venda dos 27 estados entre si.

Indo mais a fundo, temos o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Governo Federal, cuja margem varia entre 0, para quem tem incentivo fiscal, e 30% as alíquotas variam de modo que se tornam incompreensíveis para o consumidor. O carro tem alíquota X, bebida alíquota Y, camiseta alíquota Z, e assim vamos cada vez mais entendendo menos como funciona nosso sistema de tributação. Some PIS/Cofins, Lucro Real ou Presumido, crédito tributário, Simples, Supersimples, ou qualquer outro tamanho de empresa, mais alíquotas surgem. Somando tudo, já passamos das 5 mil variações tributárias possíveis para o que compramos para nosso consumo.

Agora está em voga, mais uma vez, a reforma tributária. Trocentas propostas já passaram pelo

legislativo, diversos presidentes desde Sarney prometeram e não a fizeram e finalmente parece que poderá sair. O cidadão já sofre com a perda do valor do seu dinheiro e com isso, consome menos, o que impede o desenvolvimento econômico de nosso país, também embarreirando a geração de emprego e renda. Descomplicando a economia pra você, é hora de simplificar a carga tributária, principalmente para que tenhamos noção do valor real dos bens de consumo e o porquê pagamos tão caro por tudo.

Alíquotas lixadas nacionalmente são interessantes para que se promova o equilíbrio entre os estados. A competição para atração de investimentos deve ser feita de forma leal e justa, para que as unidades da federação tenham condições de equivalência entre si e possam promover o crescimento econômico de modo que todos possam evoluir, pois a complexidade tributária deixa o Brasil mais frágil economicamente e nosso povo cada vez mais pobre.

A meu ver, o modo mais coerente de promover justiça fiscal seria um imposto nos moldes da CPMF (quando se fala nisso é sinal de reclamação). Mas não sendo mais um imposto criado, sim o imposto único, a exemplo do que foi sugerido nos anos 90, mas naufragou. Pois tributar o valor X de cada transação de venda ou bancária criaria daria a solidez para termos um imposto praticamente insonegável, que chegaria aos cofres públicos de maneira eficiente, devolvendo poder aquisitivo para a população, fazendo um país mais igualitário e com mais recursos disponíveis para os serviços públicos. Simplificar impostos é descomplicar a economia.

Site: <http://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/>

# "Reforma tributária em momento de crise é uma temeridade"

**MARIA AMÉLIA ÁVILA**

A indústria mineira deve fechar 2021 com crescimento de cerca de 8%. Essa é a previsão do presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe. Para ele, a retração registrada no setor em abril foi pontual e causada, por exemplo, pelo desabastecimento de peças do segmento automobilístico.

Em entrevista ao Hoje em Dia, Roscoe analisa que discutir a **reforma tributária** com o país em crise é uma temeridade e pode significar aumento da carga de **tributos** brasileira, que já é uma das mais altas do mundo.

Como está o setor industrial em Minas?

Apesar da pequena retração registrada em abril, de 0,9%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa é muito positiva para 2021.

Os dados do IBGE mostram também uma alta de 32,5% entre abril de 2020 e o mesmo período deste ano...

Estamos em um momento de recuperação que só não foi mais contundente em abril por conta da terceira onda da Covid-19, que impactou alguns setores importantes da nossa economia. Um outro ponto é a falta de peças, principalmente, no setor automobilístico, que apesar de estar vendendo muito bem, está com falta de carros para entregar. O principal problema foi o desabastecimento dos chips de microprocessadores, que impactou de maneira significativa a produção de veículos em Minas Gerais, o segmento que teve o maior decréscimo. Como é uma indústria relevante no Estado, gerou um impacto no número global. Se não fosse o repique da terceira onda e o desabastecimento da cadeia automobilística, o número seria muito mais positivo do que foi registrado em abril.

Com a pandemia, a indústria foi considerada atividade essencial e não sofreu tanto quanto outros setores, como comércio e serviços. Mas a confiança do empresariado tem caído. A que isso se deve?

O setor considera a pandemia um grande obstáculo a

ser vencido. Mas, mesmo diante do cenário do ano passado, que era de tragédia e de muita insegurança, o setor bateu as expectativas, com um pequeno recuo, mas nada muito grave em termos de expectativas que continuam muito positivas. A incerteza se dá, justamente, pela situação da pandemia, mas a economia como um todo vem reagindo muito bem. A economia brasileira está sobressaindo diante da economia internacional, quer dizer, o Brasil está entre as maiores economias em recuperação, perdendo apenas para China e Estados Unidos no desempenho durante a pandemia, ou seja, um desempenho que eu considero extraordinário.

Commodities como o minério, com demanda enorme da China, estão impulsionando resultados?

Não é só o minério de ferro, apesar de ser um setor muito relevante, com um impacto enorme na nossa economia. Nós dobramos o preço do minério de ferro do ano passado para este deve aumentar mais. O preço hoje já é maior do que o preço médio das nossas exportações deste ano porque os contratos são de longo prazo. O preço atual não está refletindo na nossa exportação porque essas vendas foram fechadas em contratos anteriores. Ainda temos uma expectativa de crescimento de preço na pauta de exportação do minério de ferro, mas não é só ele. Todo o setor industrial exportador está indo muito bem. A maior parte da balança comercial mineira é de produtos industrializados, e eles estão puxando para cima a economia e há uma expectativa de um crescimento acelerado em função desses fatores macroeconômicos que vêm dinamizando a economia. Um outro setor que vem crescendo muito é o da construção civil. Então, são vários setores importantes e relevantes, do ponto de vista de representatividade na nossa economia, com o desempenho muito acima da média. Temos uma expectativa muito grande na recuperação da economia, lembrando que a comparação é com 2020, um ano reprimido. Eu acredito que a indústria pode alcançar 7%, 8% de crescimento em Minas, não a economia mineira, mas a indústria mineira.

Na recente comemoração do Dia da Indústria, um dos motes foi a inovação. Muito se comenta sobre a aplicação da Indústria 4.0 para aumentar competitividade e qualidade. Como está esse processo em Minas, atualmente?

A Fiemg montou um centro de Indústria 4.0 em Contagem, uma mini planta totalmente automatizada onde é feito o treinamento dos funcionários das empresas que estão instalando a Indústria 4.0. Também temos 10 minicentros, como esse, em todo o Estado. Os investimentos vêm acontecendo e a expectativa é que várias indústrias vão, de maneira gradual, instalando equipamentos que conversam entre si e conversam com a área de inteligência da empresa, o que caracteriza a Indústria 4.0, ou seja, uma automação da linha de produção ligada com, eventualmente, área comercial, área de fornecimento de suprimentos, ou seja, a empresa estará toda interligada, obtendo informações em tempo real do mercado e direcionando essas informações para o próprio sistema produtivo.

Tudo isso é muito dispendioso. Como os empresários podem fazer para financiar essas mudanças?

A baixa taxa de juros tem permitido investimentos que antes eram inviáveis na economia brasileira. Os juros, em um patamar mais baixo, permitem investimentos que geram ganho de produtividade e que se pagam com uma taxa de juros mais racional. O Brasil está se alinhando taxa de juros dos nossos concorrentes no mercado internacional. Antes, no país, era linha de crédito, agora é taxa de juros versus retorno de investimento, o que permite investimentos na automação, na Indústria 4.0, por isso as indústrias estão dando esse salto de tecnologia.

Falando no cenário nacional, como o senhor analisa os debates da reforma tributária?

Apesar do setor produtivo ter demandado a reforma tributária há muito tempo, existe uma certa preocupação. Entendemos que o Estado está muito inchado, déficit nos governos federal, estadual e municipal, e quando há déficit em todas as esferas, a tendência é que eles queiram aumentar a arrecadação. Fazer uma reforma tributária em um momento de crise econômica é uma temeridade! Lembrando que o Brasil já tem uma carga tributária alta e o risco de ela aumentar é muito grande. O Ministério da Economia, na semana passada, já sinalizou que quer mudar o PIS/COFINS de cerca de 9% para 12%. Isso é muito ruim para o consumidor porque é ele que paga os tributos, no final das contas. A reforma tributária está no Congresso, mas o setor entende que primeiro deveria passar a reforma administrativa porque enxugaria o Estado ao longo dos próximos anos. Ela não teria impacto imediato, mas teria um grande impacto nos anos futuros e geraria uma menor demanda por parte do Estado e, dessa forma, seria viável manter a carga tributária atual."

Qual tem sido a postura da Federação nesse cenário?

O que a Fiemg tem defendido é inverter, fazer a reforma administrativa, redefinir o tamanho do Estado e aí redefinir a carga tributária que paga esse Estado. É bom lembrar, mais uma vez, que quem paga o imposto são os consumidores, os impostos estão embutidos nos custos dos produtos, não é o empresário que paga. O empresário só paga o imposto na insegurança jurídica ou imposto de renda pessoa jurídica. Quando se fala em aumento de carga tributária quer dizer que vai tirar dinheiro do consumidor e passar para o Estado. Esse dinheiro que vai para o Estado retorna em quê para a sociedade? Temos uma educação com péssima qualidade, uma saúde sofrível, os serviços do Estado são péssimos. Toda vez que enviamos recursos para o Estado, eles são esterilizados da nossa economia e tiram a dinâmica de potencial de crescimento dessa economia, já que o setor privado é muito mais dinâmico e investe muito, enquanto o Estado não investe nada, ele gasta tudo, e o que faz a economia crescer é investimento. Quanto mais a fatia do Estado cresce, um Estado que não investe, menor fica o potencial de crescimento daquela economia, por isso, para toda a sociedade é muito negativo o aumento da carga tributária, e o Brasil é um país em desenvolvimento com carga tributária de país já desenvolvido. A Fiemg defende que se houver a reforma tributária, que ela tenha um limitador do percentual da carga tributária para que, caso a arrecadação ultrapasse as alíquotas a serem definidas, elas sejam recalibradas, ou seja, diluídas no ano subsequente para manter a carga tributária atual.

Site:

<http://digital.hojeemdia.com.br/pub/jornalhojeemdia/#page/1>

# Imunidade tributária para o terceiro setor e os impostos indiretos (2)

» **ONÍZIA DE MIRANDA AGUIAR PIGNATARO**

O terceiro setor é formado por organizações de natureza "privada" (sem o objetivo de lucro) dedicadas à consecução de objetivos sociais ou públicos, embora não sejam integrantes do governo (administração estatal), ou seja, são entidades sem fins lucrativos, e não governamentais que auxiliam o Estado a fim de que sejam preservados valores de relevante interesse nacional, como a democracia, a saúde, a educação, a proteção aos necessitados, a força trabalhadora, etc.

Assim, junto com o Estado (primeiro setor) e com o mercado (segundo setor), identifica-se a existência de um terceiro setor, mobilizador de um grande volume de recursos humanos e materiais para impulsionar iniciativas voltadas para o desenvolvimento social, no qual se inserem as sociedades civis sem fins lucrativos, as associações civis e as fundações de direito privado, todas entidades de interesse social.

Diante disso, a Constituição Federal de 1988 consagrou, em seu art. 150, inc. VI, "c", o instituto da imunidade tributária, por meio do qual se proíbe que as pessoas políticas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) instituem **impostos** sobre o patrimônio, renda e serviços das entidades de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

Por força do mencionado dispositivo, há consenso em que a União não poderá exigir imposto de renda sobre os recursos financeiros das entidades de assistência social sem fins lucrativos; os estados não têm competência de cobrar imposto sobre a propriedade de veículo automotor relativamente aos carros pertencentes a tais entidades; e os municípios não devem cobrar imposto sobre a propriedade territorial urbana aos imóveis pertencentes às instituições de assistência social, sem fins lucrativos, desde que atendidos os requisitos da lei.

Quanto ao atendimento dos requisitos da lei para obtenção da imunidade supracitada, de acordo com o CTN, artigo 14, sabe-se que tais entidades deverão observar as seguintes condições: (i) Não distribuírem, qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a qualquer título; (ii) Aplicarem integralmente no país os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; (iii) Manterem a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de

formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Importante destacar que a imunidade tributária das entidades que integram o terceiro setor destina-se aos **impostos** sobre o patrimônio, renda e serviços (**impostos** diretos). Além disso, percebe-se que a referida imunidade é chamada de condicionada, porque não é autoaplicável, ou seja, depende do cumprimento das condições legais supracitadas.

Dúvida, no entanto, existe em relação aos chamados **impostos** indiretos, ou seja, aqueles que não incidem diretamente sobre o patrimônio, a renda e os serviços, como por exemplo o Imposto sobre a Importação (II), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS), que admitem o repasse do ônus tributário.

Deseja-se, assim, colaborar para o fomento das discussões acerca de um tema dotado de relevância e complexidade, tanto na ordem jurídica quanto doutrinária. Por essa razão, o presente estudo consiste na análise do instituto da imunidade tributária, especificamente a imunidade aos **impostos** indiretos no âmbito do Terceiro Setor, conforme a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores.

Por isso, para aqueles que atuam ou querem atuar na gestão social é importante compreender bem o perfil dessas entidades do terceiro setor, bem como o direito à imunidade tributária em seu aspecto mais amplo, para que haja essa interação mútua entre o Estado e a sociedade civil, em prol do bem-estar social.

Mestre em direito tributário, conselheira da OAB-DF, membro da Comissão de Assuntos Tributários da OAB, especialista em direito público, professora de direito tributário e processo judicial tributário do IDP, da UPIS e na Escola Superior de Advocacia

## O "evangelho" segundo Bolsonaro (3)

O oitavo Mandamento diz que não se deve dar falso testemunho.

No "evangelho" do presidente Jair Bolsonaro, contudo, esse mandamento caducou.

Ao discursar numa igreja evangélica em Anápolis (GO), na quarta-feira passada, Bolsonaro fez um sermão repleto de mentiras, tão evidentes que nem era preciso ser onisciente para perceber.

Bolsonaro voltou a afirmar que houve "fraude" na eleição de 2018, que ele venceu. "Eu fui eleito no primeiro turno. Eu tenho provas materiais, mas o sistema, a fraude existiu sim, me jogou para o segundo turno", disse Bolsonaro.

A primeira vez em que o presidente alegou ter sido vítima de fraude na eleição foi em março de 2020. Na ocasião, disse que tinha "provas" e que as mostraria "brevemente". Bolsonaro nunca o fez, porque não existem. Mas isso não tem importância: no "evangelho" bolsonarista, a verdade não é aquilo que encontra correspondência na realidade, e sim aquilo que Bolsonaro enuncia como tal. É questão de fé.

No mesmo sermão, Bolsonaro tornou a acusar governadores e prefeitos de "utilizar politicamente o vírus" da covid-19. Sem qualquer respaldo nos fatos, o presidente disse que as medidas de isolamento social para conter a pandemia se prestam a derrubá-lo: "Vamos fechar tudo, lockdown, toque de recolher, que a gente pela economia tira esse cara daí". Bolsonaro disse que o querem fora porque "fez com que as estatais não dessem mais prejuízo", "está começando a arrumar a economia", "acredita em Deus", "respeita seus militares" e "acredita na família".

Em seguida, disse que "gente que estava ao meu lado" fez contas, a partir de um "acórdão do Tribunal de Contas da União", e chegou à "constatação da supernotificação de casos de covid" por parte de Estados interessados em ter "mais recursos" federais. Segundo Bolsonaro, "se nós retirarmos as possíveis fraudes" da contabilidade de mortos por covid-19, "o nosso Brasil" será "aquele com menor número de mortes por milhão de habitantes por causa da covid". Ou seja, o presidente está dizendo, em outras palavras, que milhares de médicos em todo o Brasil integram uma máfia dedicada a fraudar atestados de óbito para favorecer os planos de governadores corruptos.

Uma vez eliminada a "fraude", disse o presidente, ficará claro que o Brasil teve poucas mortes por covid-19 porque adotou o "tratamento precoce", com cloroquina e ivermectina, cuja ineficácia contra o coronavírus já foi amplamente atestada. Bolsonaro disse que não se investe nesse "tratamento" porque "interessa viver em cima de mortes, para se ganhar mais recursos".

Para o presidente, é irrelevante se o tal "tratamento precoce" não tem comprovação científica.

"Eu pergunto: a vacina tem comprovação científica ou está em estado experimental ainda?"

Está experimental", disse Bolsonaro, naquela que talvez seja a mais nociva das tantas mentiras que contou no seu sermão. Ao questionar a segurança da vacina, já atestada pelas autoridades sanitárias regulatórias, Bolsonaro sabota todos os esforços para incentivar os brasileiros a tomar o imunizante.

Mas a epifania bolsonarista em Anápolis, malgrado suas repetidas referências a "milagres" e "Deus", teve objetivos bem mais mundanos.

Conforme a já manjada tática bolsonarista, era preciso inventar variadas polêmicas, em grande quantidade, para tirar a atenção do mais importante: a forte alta da **inflação**, anunciada no mesmo dia do sermão de Bolsonaro.

Se por um lado a **inflação** aumentou a arrecadação do governo, pois os **tributos** são cobrados em cima de preços mais altos, por outro a alta dos preços corrói a renda dos brasileiros, especialmente a dos mais pobres, que já convivem com forte desemprego. Ante o risco de insatisfação popular, muito concreto, Bolsonaro recorreu a quase todo o seu repertório de falsidades para que o País mude de assunto.

Em sua prédica mendaz, foi honesto uma única vez, quando disse que, ao ser eleito, "não sabia o que fazer". Hoje, contudo, sabe muito bem: mentir dia e noite para ser reeleito. Se vai conseguir ou não, depende da credulidade dos eleitores.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# Será o início do fim da guerra fiscal mundial? - MAIS ECONOMIA

**Marta Sfredo**

A compra de um bilhão de vacinas em 2022 não foi a única decisão de impacto global do encontro de cúpula dos sete países ocidentais mais ricos do planeta, o G7, encerrado ontem. O **comunicado** oficial chancelou o piso de 15% na cobrança de **impostos** de empresas. Abre caminho para um acordo de paz na "guerra fiscal mundial" que criou espaço para a evasão de **impostos**, especialmente no terreno sem lei das big techs.

Conforme o **comunicado**, o G7 pretende "assegurar a prosperidade futura pela defesa de um comércio mais livre e mais justo, em um reformado sistema de trocas, uma economia global mais resiliente e um sistema tributário mais justo, que reverta a guerra fiscal (no original, a expressão é race to the bottom, sem paralelo em português, mas definida por tributaristas como fenômeno que ocorre quando a competição entre comunidades resulta no desmonte de padrões de regulação)".

Estudo publicado no ano passado pela Rede de Justiça Tributária estimou em US\$ 437 bilhões anuais as perdas governamentais com manobras legais (elisão) e ilegais (evasão) de **impostos**. Quase metade desse total é composto por arranjos feitos sob medida para as gigantes de TECNOLOGIA, como Apple, Amazon, GOOGLE e Facebook, que deslocam suas sedes para países com taxa média menor, como Irlanda ou Suíça, ou Estados americanos, como Delaware.

O estudo impulsionou diversas iniciativas, entre as quais uma da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, outro "clube dos ricos"), de cobrança de um tributo mundial, que até agora criou mais polêmica do que soluções. Embora a "guerra fiscal global" para a qual o G7 busca trégua envolva todos os tipos de negócios, até agora os exércitos com mais vitórias alcançadas eram os da big techs. Como vêm sofrendo derrotas em outras frentes, as gigantes tecnológicas estão sob cerco fechado, mas são especialistas em achar brechas.

Coworking grátis

Aberto em novembro de 2020, o Food Hall Dado Bier já incluía opção de uso compartilhado do charmoso

espaço no Bourbon Country para coworking. Agora, radicalizou: das 11h30min às 22h, oferece internet de qualidade e materiais para higienização, como álcool gel, tudo grátis. Para usar um dos postos disponíveis, com distanciamento de 2,5 metros entre as mesas, é preciso apenas fazer a reserva pelo WhatsApp (51) 997-574-436. Para os desconfiados com tanta generosidade, é claro há expectativa de que ao menos parte das pessoas que "levarem o escritório" para o food hall acabem consumindo algo por lá. São sete diferentes opções de cozinha para almoço, lanche ou café, com opções promocionais de terça a sexta-feira.

RESPOSTAS CAPITAIS

ANDRÉ BRAZ Coordenador de índices de preços da FGV

"Falta de vacina atrasou retomada, elevou incerteza e acentuou **inflação**"

Em meados de 2020, portanto há quase um ano, os preços começaram a subir de forma acelerada, especialmente no atacado. Na época, alguns economistas não admitiam chamar o fenômeno de **inflação**, porque seria algo momentâneo. De lá para cá, o índice considerado oficial dobrou e acumula 8,06% em 12 meses, o maior em 25 anos, enquanto o indicador mais sensível ao dólar, o IGP-M, ronda os 40% no período. André Braz (foto), coordenador de índices de preços da Fundação Getúlio Vargas (FGV) - entre os quais a série mais impactada, a dos IGPs -, dimensionou o problema antes da maioria por observar a alta das matérias-primas. Diz que até demora na vacinação contribuiu para pressionar a **inflação**, e avisa que, de novo, vai piorar antes de melhorar. Mas ao menos deve ser piora rápida: o momento mais agudo será neste mês.

Chegamos à maior **inflação** em 25 anos, onde vamos parar?

Com IPCA acima de 6% em 2021. E com características diferentes das do ano passado. Em 2020, 60% da **inflação** medida pelo IPCA veio dos alimentos. Neste ano, seguem em alta, mas sobem também bens duráveis (fogão, geladeira), preços administrados (gasolina, eletricidade) e, no final do ano, devemos ver os serviços se recuperarem um pouco. Os preços não param de subir, mas não por

que as pessoas estão comprando mais, é por pressão de custo. Tudo isso não vai permitir que a **inflação** convirja para a meta. Deve fechar 2021 em 6,3%, mais de um ponto percentual acima do teto (5,25% em 2021).

Os aumentos de juro não vão segurar os preços?

O aumento da Selic vai contribuir para a valorização do real. E bom porque atrai investimento externo. A medida que o juro aumenta no Brasil, passa a compensar investir aqui, mesmo com maior risco. A taxa básica também deve fechar o ano acima de 6%. Essa valorização com- pensa em parte o aumento de preços. O problema é que os preços lá fora sobem, em dólar, mais do que a nossa valorização cambial. Isso ocorre porque China e Estados Unidos fizeram políticas fiscais expansionistas agressivas, o que provocou alta de demanda nesses países. A China é uma grande compradora de matéria-prima do Brasil, e esse aquecimento aumenta o volume de exportação para lá. E bom para a balança comercial, mas ruim para a **inflação**, porque desabastece o mercado brasileiro. Mas é importante porque, sem isso, a **inflação** poderia ser maior.

O que faltou fazer para que a **inflação** não subisse tanto?

Vacinar. A falta de vacina atrasou a retomada da atividade econômica, elevou a incerteza sobre o Brasil e sustentou a desvalorização mais aguda do que em outras economias e acentuou **inflação**. Com juro baixo e o Brasil virando epicentro do contágio, o capital que estava aqui foi para outro lugar. A medida que o juro passou a subir e a vacinação começou a avançar, voltaram a entrar recursos. O Brasil não passou por um desafio maior do que outros países. A única diferença é que o nosso dirigente não entende o que é pandemia.

O Banco Central (BC) demorou a reagir?

Falar mal do BC agora é fácil. Não havia outra política para tentar aquecer a atividade econômica. O BC tentou até os 45 minutos do segundo tempo. Em tempos de crise, os países contam com as políticas fiscal e monetária para reagir. O Brasil teve de riscar da cartilha a fiscal, porque chegou perto de ter dívida equivalente a 90% do **PIB**. O ideal teria sido investir em revitalização de portos, construção de rodovias e de hidrelétricas. Ao fazer isso, atrai iniciativa privada, contrata, cria novas operações. Como não podia, o remédio foi fazer o dinheiro ficar mais barato, na expectativa de que a iniciativa privada investisse. Mas ninguém investe em um país com tanta incerteza. O BC tentou, mas não deu.

E, de novo, vai piorar antes de melhorar?

Esse IPCA vai alcançar cerca de 9% em junho. Depois desacelera. O segundo semestre não deve ter IPCAs tão altos neste ano. Com a valorização do real e novas altas da Selic, vamos colher **inflação** menor, mas não muito menor. Ainda temos o novo desafio da crise hídrica, que tem repercussão na indústria, na agricultura, na pecuária. Mas o ápice deve ser este mês.

Com a renda caindo, como enfrentar essa **inflação**?

Temos dois Brasis. Quem tem emprego formal e o manteve, acabou fazendo até alguma poupança na pandemia. Não pôde viajar, ir a restaurantes, cinema, teatro. Abriu espaço no orçamento para comprar bens duráveis, arrumar a casa, acabou investindo no conforto do lar. O outro Brasil está morrendo de fome. A **inflação** dos pobres foi a que mais subiu. Quanto menor é a renda de uma família, mais o gasto se concentra na compra de alimentos, que foi o que mais subiu em 2020. No ano passado, houve **inflação** negativa em abril e maio, mas as faixas de menor renda já viam o preço da comida decolar, sem acesso a emprego. A baixa renda chegou a enfrentar **inflação** de 20%, enquanto a a renda alta teve deflação.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/#page/1>

## Questão fiscal preocupa

Um consenso entre os especialistas é de que o Brasil não pode se dar ao luxo de conviver com preços em forte alta, dado o histórico de hiperinflação da década de 1980 e o quadro fiscal ainda muito frágil. As contas do governo federal estão no vermelho desde 2014 e a dívida pública bruta do país é muito elevada se comparada com a média de países emergentes - de 60% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Luis Otávio de Souza Leal, economista-chefe do Banco Alfa, avalia que, se tudo correr bem, "a sensação de crescimento com a reabertura da economia vai acontecer ao mesmo tempo em que a **inflação** vai estar em desaceleração". "Basta ver se o governo vai saber capitalizar isso", frisa. Ele, contudo, também demonstra preocupação com a questão fiscal, já que o presidente Jair Bolsonaro poderá gastar mais no ano que vem. "Tudo vai depender de onde ele vai gastar mais. Se for com obras, que é gasto discricionário, não tem problema ou mesmo com um Bolsa Família turbinado, porque é híbrido. O problema é se for com aumentos de salários que são gastos obrigatórios".

Caso o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fique em 8,5% no acumulado em 12 meses até junho deste ano, como prevê o Credit Suisse, o limite para as despesas sujeitas ao teto gastos de 2022 terá um aumento de R\$ 126 bilhões, passando dos atuais R\$ 1,485 trilhão para R\$ 1,611 trilhão

. Margem extra

No entanto, analistas lembram que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a **inflação** para os mais pobres e que corrige o salário mínimo pago pelas aposentadorias, poderá ficar em torno de 8%, bem acima das estimativas anteriores, de 5% a 5,5%. "Com isso, a margem extra para o governo poder gastar mais no ano que vem, devido ao teto de gastos maior, não será tão grande quanto se espera inicialmente", alerta Silvia Matos, pesquisadora sênior e coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

Na avaliação da economista do Ibre, a margem do governo para gastar mais com as despesas dentro do teto no ano que vem deverá ser menor do que os R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões que vinham sendo estimados inicialmente. Ela ainda demonstra preocupação com o fato de que há um afrouxamento nas preocupações do mercado e de parlamentares em

relação aos riscos fiscais neste ano com a possibilidade de queda da dívida bruta para 85% do **PIB**. Além disso, alerta para os riscos de um espaço do teto para o governo poder gastar mais no ano que vem. "Os políticos vão querer fazer o governo gastar mais com a chance de o aumento do teto ser maior em pleno ano eleitoral. Mas o deficit continua elevado e parece que todo mundo esqueceu que as contas públicas estão no vermelho desde 2014 e que é preciso que o governo volte a fazer superavit primário", afirma. (RH)

# Inflação perto de 7% pressiona Selic

**ROSANA HESSEL**

Na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) desta semana, marcada para amanhã e quarta-feira, o Banco Central deverá elevar a taxa básica da economia (Selic), dos atuais 3,5% para 4,25%, conforme as previsões do mercado e a própria sinalização do BC. Contudo, com a disparada recente do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subindo 0,83% em maio - a maior taxa para o mês em 25 anos - as previsões recentes admitem que a **inflação** oficial poderá fechar o ano perto de 7%. Analistas ouvidos pelo Correio apostam que o BC ficará mais rigoroso e não interromperá o ciclo de alta dos juros, iniciado em março, como vinha prometendo.

As previsões para a **inflação** de 2022 também estão sendo corrigidas para cima e ficam cada vez mais próximas do teto de 5% do ano que vem. Resta saber como a instituição monetária vai fazer esse **comunicado** para o mercado na semana que vem, pois o BC vinha insistindo na tese de que o choque de preços era temporário.

Solange Srouf, economista-chefe do Credit Suisse no Brasil, aposta que os integrantes do Copom devem abandonar o discurso de **inflação** temporária e da estratégia de normalização parcial da taxa de juros, que vinha insistindo nas reuniões anteriores. "Mas eles não devem mudar o discurso de imediato. Pode ser que passem a reconhecer que a normalização parcial não é um compromisso", aposta ela que, desde março, vinha apostando que a Selic encerrará o ano em 6,5%, no limite para a taxa de juros neutra prevista pelo mercado.

"A **inflação** está muito elevada devido à inércia, provocada enquanto o discurso for esse de que os choques nos preços são temporários. Cabe ao BC apresentar um cenário básico de que a política monetária continuará estimulativa. Mas o IPCA de maio mais forte é um número que poderá fazer com que o BC comece a mudar o discurso aos poucos, porque ele vai precisar se preocupar mais com a **inflação** do ano que vem. As estimativas já estão subindo e encostando no teto da meta", acrescenta.

Pelas novas projeções do Credit Suisse, o IPCA deverá encerrar o 2021 em 6,3%, passando para 4,5%, em 2022, com o **PIB** crescendo 5,5%, neste ano, e depois desacelerando para 2,5% no ano que vem. "Parece que o BC está mais propenso em manter uma política estimulativa neste ano, mas, diante da

alta da **inflação**, mantê-la será mais desafiador", afirma Solange Srouf. Segundo ela, os riscos da **inflação** em 2022 permanecem elevados em função da inércia e da provável alta dos preços de energia que deverão continuar lá em cima por conta da crise hídrica.

A analista ainda alerta para outros riscos que não podem ser ignorados, como uma terceira onda da pandemia. "O número diário de casos e internações manteve-se elevado no país, enquanto a mobilidade social segue uma tendência de alta que pode desencadear outra onda de infecções, como ocorreu no Chile, onde o percentual da população vacinada ainda não foi suficiente para aliviar a pandemia", destaca. "Apesar de o risco de uma terceira onda de infecções ser elevado, acreditamos que seu impacto sobre a atividade econômica seria mínimo, e que o efeito mais negativo poderia cair nas contas públicas como resultado de maiores benefícios sociais e incentivos setoriais", completa.

Futuro da meta

Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor do Banco Central e CEO sócio da gestora de recursos Mauá Capital, também reconhece que a **inflação** está incomodando mais do que o esperado e lembra que ela continua sendo mais pressionada por pressões vindas do exterior, via commodities e petróleo, "além do choque adicional da energia, resultado da maior seca desde 1980". Para ele, a instituição monetária deu sinais de que está preocupada com os riscos de a **inflação** alta não ser temporária.

"O BC está elevando os juros em ritmo acelerado de 0,75 ponto para se aproximar da taxa de juros neutra e controlar esse cenário de **inflação** mais alta", afirma. Pelas estimativas dele, o IPCA deverá encerrar o ano em 6%. "O Banco Central deverá continuar o aperto monetário, a dúvida é se ele vai de uma vez ou vai dar uma parada técnica, como vem sinalizando", destaca Luiz Fernando Figueiredo, que prevê a Selic encerrando o ano entre 6% e 6,25%.

Na avaliação da economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), para não ter que continuar elevando a Selic no ano que vem diante desse cenário de **inflação** cada vez mais elevada, o governo poderá partir para a mudança da meta de **inflação** de 2022 para evitar o risco de estourar o teto por dois anos consecutivos, algo que

nunca ocorreu desde 2002 e 2003. "Acho que vai ser a forma de o governo evitar uma alta mais forte nos juros e buscar conviver com uma **inflação** mais alta e todos os seus riscos", avalia.

A meta de **inflação** deste ano é de 3,75%, com teto de 5,25%. Mas esse objetivo vem seguindo uma curva descendente desde 2019, passando para 3,5% no ano de 2022, com teto de 5%. "Os choques de preços são mais permanentes e podem aumentar quando o setor de serviços começar a se recuperar devido aos repasses de custos que serão inevitáveis e deverá pressionar o IPCA, que, pela nova metodologia, é mais impactado por serviços prestados às famílias do que por alimentação", afirma. "Essa **inflação** mais alta está contaminando o regime de metas e a "prova do pudim" do governo será fazer a economia crescer e manter a **inflação** dentro da meta", complementa a economista do Ibre.

Silvia Matos destaca ainda que o choque de **inflação** recente é preocupante, especialmente porque a alta dos preços dos itens não está relacionada diretamente com o setor de serviços. E, portanto, quando houver uma onda de reajustes desse setor - que ainda não recuperou o patamar pré-pandemia -, as pressões inflacionárias não devem arrefecer tão facilmente.

O economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), por sua vez, alerta para os riscos da atividade com juros mais elevados. "O crescimento econômico deste ano está contratado, o que é bom para o governo. Mas a **inflação** mais alta vai fazer o Banco Central aumentar a Selic, que pode chegar a 6% neste ano, e isso poderá criar um problema para o crescimento da economia no ano que vem", afirma o ex-diretor do BC.

# "Riscos e incertezas no caminho"

**ROSANA HESSEL**

Para a economista Marcelle Chauvet, professora titular de economia da Universidade da Califórnia (EUA), a retomada econômica tem sido bem desigual em vários setores tanto em termos de produção quanto de desemprego. Ela acredita que o desempenho do Brasil fica abaixo da média global por conta das diferenças no enfrentamento da pandemia. Na avaliação da especialista, as projeções de alta do **PIB** neste ano, acima de 5%, podem não ser concretizadas em razão da série de riscos que está no radar e que pode travar o crescimento, como um novo recrudescimento da pandemia e novas ondas, no segundo semestre, de variantes do novo coronavírus. Existem, segundo ela, pressões inflacionárias, tanto no mercado doméstico quanto no externo, e até mesmo o risco de apagão, o que não pode ser ignorado.

"O resultado do primeiro trimestre de crescimento do **PIB** leva a revisões para cima do **PIB** previsto para 2021, em torno de 3,8% a 4,5%. Porém, existem vários riscos e grande incerteza que podem afetar o crescimento nos próximos meses", alerta a economista, que, em artigo recente, destacou que não haverá retomada sem que haja "um controle da pandemia por meio de uma vacinação em massa acelerada". Para o ano que vem, ressalta, o país vai crescer menos do que 2%, ou seja, abaixo do esperado pelo governo, apesar de ser um ano eleitoral. Veja os principais pontos abordados na entrevista ao Correio: **PIB** em 2021A atividade econômica teve um desempenho acima do esperado nos últimos dados de março e de abril. O resultado do primeiro trimestre de crescimento do **PIB** confirma essa tendência. Os fatores que contribuíram mais para o crescimento do **PIB** no primeiro trimestre de 2021 foram a alta nos investimentos e nas exportações. Houve um crescimento acima do esperado da economia mundial, com uma recuperação mais robusta em países que obtiveram maiores níveis de vacinação e contenção da pandemia, como os Estados Unidos, a China e alguns países da Europa. Isso levou a um aumento dos preços das commodities e da demanda externa por produtos brasileiros. A taxa de câmbio desvalorizada também contribuiu para o aumento das exportações brasileiras. Com relação aos investimentos, esses foram puxados pela produção de máquinas e equipamentos, impacto do regime aduaneiro Repetro, e pelo aumento no desenvolvimento de softwares. Por outro lado, a demanda interna advinda do consumo das famílias teve uma contração no primeiro trimestre, o que está

associado à redução do auxílio emergencial, alto desemprego e alta **inflação**, com redução da massa salarial real. O resultado do primeiro trimestre de crescimento do **PIB** leva a revisões para cima do **PIB** previsto para 2021, em torno de 3,8% a 4,5%. Porém, existem vários riscos e grande incerteza que podem afetar o crescimento nos próximos meses, como discutido abaixo.

## Onda otimista

A atividade econômica teve um desempenho acima do esperado nos últimos dados de março e abril, o que tem levado a revisões para cima do **PIB** de 2021, em torno de 3,8% a 4,5%. Uma previsão de 5% é um cenário bem otimista e há vários riscos e muita incerteza para que ela se concretize.

## Riscos da pandemia

Existem vários riscos e grande incerteza que podem afetar o crescimento. Primeiro, há o risco em relação à evolução da pandemia: novo recrudescimento, novas ondas no segundo semestre com variantes do vírus, que podem levar a uma diminuição da mobilidade e da abertura econômica. Esse risco pode se reduzir substancialmente se a compra de vacinas e sua disposição e distribuição cheguem o quanto antes aos grupos da população brasileira que movimentam a economia. Há uma grande insatisfação de grande parte da população em relação à morosidade da vacinação no Brasil. Pressão popular, pressão política, iniciativas regionais ou estaduais por parte de governadores, diversificação na compra de vacinas que não dependam de insumos escassos, tudo isso pode levar a um programa de vacinação mais acelerado. Há também o risco relacionado às pressões inflacionárias, tanto a nível interno quanto devido ao cenário internacional. Tem havido uma recuperação acelerada da economia mundial, com uma alta na demanda que não tem sido acompanhada de um aumento comparativo na oferta de bens. A decorrente pressão nos preços pode levar a redução de incentivos monetários nos EUA e em outros países desenvolvidos. Uma política monetária mais restritiva no âmbito internacional pode causar uma alta volatilidade em ativos e a movimentos externos de capitais desfavoráveis ao Brasil. O Federal Reserve nos EUA, no entanto, tem mostrado intenção de manter taxas de juros alvo a níveis baixos apesar das expectativas inflacionárias acima do esperado.

Retomada em 2022

A projeção de crescimento do **PIB**, em 2022, está em torno de 2%, mas pode ficar abaixo, dado os vários riscos e incertezas à frente e à forma como a economia vem se recuperando. A retomada econômica no Brasil tem sido bem desigual em vários setores tanto em termos de produção como de desemprego. Há os riscos relacionados às pressões inflacionárias internas e externas, com possíveis políticas monetárias mais restritivas e movimentos de capital desfavoráveis. Um ano eleitoral dificulta reformas tributárias e administrativas, e pode até levar a um movimento expansionista baseado em interesses políticos.

#### Crise hídrica

Existe um risco de emergência hídrica no segundo semestre deste ano para vários estados do Brasil. Se esse cenário for concretizado, haveria um risco maior de apagão neste ano. É muito cedo para se ter projeções de chuvas para o ano que vem.

#### Desempenho fraco

De acordo com o relatório (do FMI), um dos maiores empecilhos do crescimento econômico no Brasil comparado com a projeção de outros é a evolução e o controle da pandemia. A projeção de crescimento mais fraco no Brasil é decorrente dos grandes riscos e incertezas devido a um possível recrudescimento e novas ondas da pandemia, e da lentidão no processo de vacinação implementado no Brasil; e das perspectivas de condições financeiras internacionais mais restritas.

## O gargalo da energia (3)

No momento em que a economia brasileira dá sinais mais evidentes de que começa a reagir à retração decorrente da crise sanitária sem precedentes, desencadeada pela pandemia de covid-19, um segmento fundamental para dar suporte à retomada do crescimento preocupa: o setor de geração de energia.

Recentemente, o Operador Nacional do Sistema (ONS) emitiu alerta de emergência hídrica para as hidrelétricas do Sudeste e do Centro-Oeste, responsáveis pela maior parte da produção nacional, devido à estiagem mais severa nas regiões desde 1930. A expectativa é de que os reservatórios de boa parte das usinas, já bastante esvaziados, com capacidade de armazenamento inferior a um terço na primeira semana de junho, cheguem a níveis críticos até novembro.

Apesar do alerta, logo em seguida, o ONS divulgou nota técnica garantindo não haver risco ao abastecimento este ano. Para evitar a possibilidade de racionamento ou de apagões, porém, uma série de medidas precisam ser adotadas, como o acionamento das termelétricas - cuja geração é mais cara - e a conscientização da população para economizar ao máximo eletricidade e também água.

O encarecimento da energia eleva os custos da produção industrial e dos serviços, e tem significativo impacto na **inflação**, sacrificando o consumidor. Foi exatamente a alta da energia elétrica no grupo de despesas das famílias com habitação uma das vilãs do aumento da **inflação** oficial no mês passado, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, de 0,83%.

É a maior elevação do IPCA em um mês de maio desde 1996. O reajuste das contas de luz atingiu 5,37%, em média, no mês passado, e especialistas avaliam que, com a situação delicada das hidrelétricas, novos aumentos virão por aí nos próximos meses.

Em meio a tudo isso, merecem atenção especial as propaladas privatizações no setor elétrico - a viabilização da venda da Eletrobras aguarda aval de MP que tramita sob polêmicas no Congresso. É uma questão que precisa, de fato, ser tratada com cuidado, pois envolve políticas públicas e aspectos sociais.

Afinal, trata-se de segmento estratégico, que não deve ser repassado à iniciativa privada, às pressas, de

forma açodada, sem uma ampla discussão, de modo a garantir que anseios institucionais ou de empresas compradoras não se sobreponham aos interesses e necessidades da população.

Enquanto isso, cabe a cada um de nós apagar luzes acesas desnecessariamente, desligar da tomada aparelhos que não estejam em uso, apressar os banhos de chuveiro e fechar bem as torneiras, até que São Pedro socorra, de preferência com chuvas abundantes, os lagos das hidrelétricas.



# Investir no funcionário é investir na empresa

Em um mercado de trabalho cada vez mais mutável e competitivo, os empregadores buscam, cada vez mais, investir em pessoas espertas, empreendedoras e dispostas a assumir riscos a fazerem as coisas acontecer. "Infelizmente, sabemos que o desemprego e a perda de renda afetam mais os trabalhadores com menor nível de escolarização. Por isso, investir na educação é a principal alternativa para se manter competitivo nesse cenário de crise econômica tão grave", afirma o deputado distrital Rodrigo Delmasso.

Na avaliação do político, o que pode ser feito para melhorar esse cenário é buscar propagar o estímulo à educação e formação. Foi pensando nisso que o vice-presidente da Câmara Legislativa desenvolveu o projeto de lei que pretende homenagear as empresas que investirem em seus colaboradores.

"A ideia é que as empresas adotem uma política interna permanente destinada a incentivar que seus funcionários concluam o ensino fundamental, médio e superior", esclarece o parlamentar.

Com o objetivo de fazer com que as empresas desenvolvam o programa de incentivo à conclusão escolar por seus empregados, a proposta nº 3320/2021 institui o selo empresa incentivadora da educação de funcionários. De acordo com Delmasso, a ideia é que as empresas adotem uma política interna permanente destinada a incentivar que seus funcionários concluam os estudos. "Uma instituição é composta por pessoas, que é o principal patrimônio das empresas", desenvolve.

O texto ressalta ainda que, além do exposto, um outro objetivo é distinguir e homenagear as empresas que incentivem o desenvolvimento pessoal de seus colaboradores, e estimular as empresas a concederem ao trabalhador a oportunidade e as condições para elevar sua escolaridade e concluir sua educação formal.

Bom para todos Conforme esclarece o professor e especialista em Gestão do Ceub, Oto Tertuliano de Oliveira, tal iniciativa, por parte das empresas, é benéfica não só para os trabalhadores, mas também para a própria instituição.

"Isso acarreta na melhoria da força de trabalho disponível. Falta muita mão de obra qualificada no mercado, mas sobra mão de obra qualificável. A empresa pode providenciar o acesso a essa formação

de modo que o funcionário devolva, em forma de trabalho, o estudo adquirido", explica o professor em entrevista ao Jornal de Brasília.

Diversos estudos desenvolvidos por organizações como a Fundação Getúlio Vargas e o IBG, de acordo com o que revela Oto Oliveira, já provaram que o incremento do nível de escolaridade do brasileiro contribui no aumento do **PIB** do país. "Mão de obra qualificada aumenta a nossa produção interna, então, se isso já gera algo positivo para o país, quiçá para as empresas", defende.

**Empregabilidade** Para aqueles que são contemplados com a iniciativa por parte do seu local de trabalho, Oto resume os benefícios a serem adquiridos em uma única palavra: empregabilidade.

"Se formos refletir, nós estudamos para isso. Para conseguir bons empregos. Sem contar que o funcionário que recebe qualificação terá mais segurança na sua permanência na organização", argumenta o especialista em Gestão.

O professor revela ainda que, dentre as empresas que mais investem na especialização de seus colaboradores, estão, em primeiro lugar e de forma unânime, aquelas do ramo da tecnologia. Também investem de forma expressiva na sua equipe os escritórios de contabilidade, de gestão de pessoas, de perícia contábil e de auditoria.

"Além disso, temos como prática recorrente as entidades do setor industrial.

Aqui no DF, não temos muitas indústrias, mas as poucas que temos investem pesado na formação do seu corpo técnico".

**Site:** [https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-3d36c145f1f16c368173c437335b4acd.pdf](https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-3d36c145f1f16c368173c437335b4acd.pdf)

# Doria muda cronograma pela 3ª vez e agora prevê vacina até 15 de setembro

**Paula Felix Wesley Gonsalves COLABOROU BRUNO RIBEIRO**

O governo de São Paulo anunciou ontem a antecipação em 30 dias no calendário de vacinação contra a covid-19 no Estado.

Com a mudança, toda a população com mais de 18 anos deve estar imunizada até o dia 15 de setembro. Essa é a terceira alteração no cronograma promovida neste mês pela gestão do governador João Doria (PSDB), que anteriormente estimava os prazos para o mês de outubro.

A Secretaria de Saúde do Estado disse que a mudança foi possível em razão das perspectivas de entregas de vacina pelo Ministério da Saúde. Outro fator foi a observação mais detalhada sobre os públicos-alvo, uma vez que parte das pessoas nas faixas etárias já foi contemplada em outras categorias prioritárias.

Entretanto, o processo de entrega de vacinas pelo ministério tem sido marcado por atrasos e até entregas de lotes menores do que o prometido até o momento.

Na quinta-feira, por exemplo, o governo federal reduziu, pela terceira semana seguida, a previsão de entrega de doses para o mês de junho. Desta vez foi anunciada a diminuição dos lotes do consórcio Covax Facility em cerca de 2 milhões de doses. Em 19 de maio, contava-se com 52,2 milhões de vacinas em junho. Na semana passada, a contabilidade estava em 37,9 milhões.

"Esta antecipação significa mais de 7 milhões e 450 mil pessoas na faixa etária entre 40 e 59 anos que entram imediatamente no programa de vacinação já neste mês de junho", disse ontem Doria. O grupo seria vacinado no mês de julho e agosto. Doria afirmou que São Paulo deve ser o primeiro a imunizar toda a população apta a receber a vacina, mas outros Estados mantêm previsões similares ou até mais otimistas, como o Maranhão (mais informações nesta página).

"Estamos a três meses do dia da esperança. Tenho confiança de que, neste Natal, as famílias estarão reunidas, os amigos poderão se abraçar, as pessoas poderão voltar a viver com cautela, com cuidado,

sempre se protegendo e protegendo aos demais.

Mas a história começa a mudar e a esperança começa a chegar definitivamente ao Brasil", acrescentou o governador.

Segundo o governo, o Estado terá à disposição quatro tipos de vacinas: Coronavac, do Butantan, AstraZeneca/Fiocruz, Pfizer e Janssen. Esta última teve a aprovação da agência reguladora de medicamentos dos Estados Unidos (FDA, sigla em inglês) para o envio de 3 milhões de doses para o Brasil anteontem.

O lote ainda não chegou ao País e, segundo o Ministério da Saúde, está previsto para amanhã.

A coordenadora de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Regiane de Paula, destacou a importância da vacinação contra covid-19 e pediu que a população não tente escolher qual imunizante vai receber.

"Todas as vacinas são boas, excelentes.

Não há por que escolher, nós só devemos fazer essa escolha no caso das gestantes", afirmou. Ela lembrou que, para as grávidas, são recomendadas as vacinas do Butantan e da Pfizer.

Para agilizar o momento da vacina, a população deve se cadastrar no site Vacina Já. Não é obrigatório, mas, segundo o governo, economiza até 90% no tempo de atendimento nos postos. O formulário pode ser preenchido no site ou via WhatsApp, pelo número +55 11 95220-2923.

Bate-boca. Em crítica ao presidente Jair Bolsonaro, o governador João Doria negou na coletiva que governo federal tenha atuado para colaborar financeiramente com a produção das vacinas do Butantan. E nas redes sociais, ele se envolveu em uma troca de farpas nas com o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

Doria havia feito uma postagem no Twitter comentando a antecipação de datas, em que disse "vai preparando o braço" para seus seguidores. O ministro da Saúde respondeu a essa postagem dizendo que as vacinas que Doria usaria para cumprir essa agenda eram do governo federal.

Doria respondeu: "Quanto recalque, Ministro. Bom domingo e uma ótima semana. Por aqui, vacinando." Mudanças. As antecipações em São Paulo começaram em 2 de junho, quando o governador João Doria anunciou que o término da vacinação, inicialmente previsto para dezembro, seria em 31 de outubro. Em 9 de junho, ele antecipou para 18 de outubro. E hoje, para 15 de setembro.

I 25 a 29 anos 16 a 31 de agosto

I 18 a 24 anos 1º de setembro a 15 de setembro

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O governo ainda reviu a data da vacina para profissionais da educação básica com 18 anos ou mais, que começou na sexta-feira, 11, e seria só em julho.

O grupo é estimado em 363 mil pessoas.

Doria enfatizou a importância da vacinação de toda a população paulista para a retomada da economia. Conforme anunciou o governador, a expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Estado para 2021 é de 7,6%. "Se São Paulo cresce, ele ajuda o Brasil a avançar, portanto a imunização dos que vivem aqui contribui muito para o ânimo, esperança e ativação econômica de todos os setores da economia do Estado e do País", afirmou.

A plataforma Vacinômetro, que acompanha o número de vacinados no Estado, mostra que foram aplicadas 18.785.749 doses desde o início da campanha, das quais 13.026.324 foram a primeira dose e 5.759.425, a segunda.

No Estado, foram contabilizados 3.449.577 casos da doença e 117.887 óbitos por covid-19.

I Crítica

"Eu quero esclarecer que o presidente da República não ajuda São Paulo, nunca ajudou ao longo desta pandemia e só prejudicou. Ele prejudicou o Brasil."  
João Doria GOVERNADOR DE SÃO PAULO

#### CRONOGRAMA

O governo de São Paulo divulgou o novo cronograma de vacinação contra covid-19. Confira a seguir as datas para cada faixa etária.

I 50 a 59 anos 16 a 22 de junho

I 43 a 49 anos 23 a 29 de junho

I 40 a 42 anos 30 de junho a 14 de julho

I 35 a 39 anos 15 a 29 de julho

I 30 a 34 anos 30 de julho a 15 de agosto

## É apenas recuperação cíclica (2)

**CLAUDIO ADILSON GONÇALEZ**

Qualquer economia está sujeita a flutuações cíclicas, ou seja, a alternância de períodos de expansão (boom) e de contração (recessão). No primeiro caso, pode-se formar um excesso de demanda, que resulta em pressões inflacionárias, exigindo políticas contracionistas.

No segundo caso, ocorre o contrário. A taxa de desemprego supera seu nível de equilíbrio não inflacionário, e isso demanda estímulos expansionistas, tanto monetários como, se houver espaço, fiscais.

Não há consenso entre os economistas quanto ao processo de geração dos movimentos cíclicos na economia.

A escola monetarista considera como principal causa as intervenções da política monetária, que expandem ou contraem a atividade econômica, às vezes excessivamente. Já os keynesianos atribuem essas flutuações, principalmente, a oscilações na demanda por investimento. Excessos de euforia, intensificados por sistemas financeiros mal regulados, e choques exógenos, como foram as crises do petróleo, nos anos 70, ou a atual pandemia, podem também gerar períodos recessivos.

Mas não se deve confundir as fases de recuperações cíclicas com expansão econômica sustentável. O **PIB** evolui em movimentos ondulatórios em torno de uma tendência de longo prazo.

É a inclinação positiva dessa linha de tendência que mensura o crescimento econômico.

Nessa métrica, o desempenho da economia brasileira, nos primeiros 20 anos desse milênio, tem sido decepcionante.

No período 2001 a 2020, o **PIB** per capita evoluiu à taxa anual média de 0,95%. Não fosse a acentuada contração do ano passado, provocada pela pandemia, essa taxa poderia ter sido pouco superior a 1%. Nesse ritmo, serão necessários 60 anos para o Brasil dobrar sua renda per capita. A China, provavelmente, fará isso em pouco mais de uma década. E mesmo esse pífio crescimento se processa com enorme injustiça social. É claro que isso decorre de causas estruturais, que inibem o crescimento do investimento e da produtividade.

No início deste mês, governo e mercado financeiro comemoraram efusivamente os dados divulgados pelo IBGE relativos ao **PIB** do primeiro trimestre.

Isso me fez lembrar o famoso pibão prometido por Dilma Rousseff, no final de 2012, quando o Brasil estava se aproximando de uma longa e severa recessão, da qual ainda não se recuperou totalmente.

A recuperação em "V" observada no Brasil, em relação ao desastre econômico de 2020, se deu em quase todos os países do mundo. Ela decorreu das características da contração do ano passado, que não se deveu a causas comuns geradoras dos movimentos cíclicos, mas sim a um vírus devastador.

Nos países desenvolvidos, a volta à normalidade, propiciada pelo sucesso da vacinação, sugere uma fase de expansão vigorosa e relativamente longa. No Brasil, a queda no isolamento social, à custa da elevação assustadora das mortes, aliada a estímulos fiscais e monetários temporários, além de expressiva recomposição de estoques na indústria estão por trás da variação do **PIB** acima da esperada, que vem se observando desde o terceiro trimestre de 2020, exacerbada no início de 2021. Tais fatores podem gerar alguma sobrevida para a recuperação, mas o Banco Central terá que tirar o chope da festa, elevando o juro básico para além do que se esperava, para não perder o controle da **inflação**.

O mais grave é que o governo Bolsonaro não avançou, e dificilmente avançará, em reformas estruturais que elevem a tendência de crescimento de longo prazo da economia. Assim que for eliminada a atual capacidade ociosa, hoje mais clara no mercado de trabalho, o crescimento ficará limitado à pífia expansão verificada nos últimos 20 anos.

Portanto, guardem os fogos. Não há o que comemorar. Está havendo apenas recuperação cíclica. Estamos longe da retomada do crescimento sustentável.

A recuperação sustentável da economia brasileira ainda está longe de acontecer

ECONOMISTA E DIRETOR-PRESIDENTE DA MCM CONSULTORES. FOI CONSULTOR DO BANCO MUNDIAL, SUBSECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL E CHEFE DA ASSESSORIA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Ex-presidente do BC morre aos 76 anos

**Wilson Tosta Vinicius Neder / RIO**

Em 1972, auge da ditadura militar, quando o então presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, criticou a desigualdade brasileira, o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici achou que deveria responder. O escolhido para a missão foi o economista Carlos Langoni, que trabalharia no governo na virada das décadas de 1970 e 1980, quando foi presidente do Banco Central (BC), e voltaria a colaborar com a equipe do ministro Paulo Guedes 40 anos depois. Aos 76 anos, Langoni morreu ontem, vítima da covid-19, no hospital Copa Star, no Rio, onde estava internado havia seis meses.

Sob a ótica do regime, a escolha de Langoni, então com 28 anos e considerado um profissional brilhante, foi perfeita.

Dois anos antes, ele obtivera doutorado na Universidade de Chicago, centro de economistas ultraliberais, com a tese *The Sources of Brazilian Economic Growth (As Fontes do Crescimento Econômico do Brasil)*. No trabalho, investigou a relação entre educação e economia. Calculou o retorno do investimento em escolas fundamentais, médias e superiores.

Estava aí a "base" da resposta para contestar o Banco Mundial.

A desigualdade brasileira, argumentou, era estrutural e ligada à educação. Com o crescimento econômico, a demanda por trabalhadores qualificados tinha crescido mais do que pelos mal instruídos. O aumento na participação de trabalhadores com mais anos de estudo na força de trabalho gerara a desigualdade.

Essas conclusões seriam contestadas por economistas de oposição.

Langoni, de qualquer forma, abria seu caminho. Na época, a associação de técnicos com bom preparo a grandes multinacionais, empresários locais e militares ajudava o País a crescer a taxas de até dois dígitos e **inflação** sob controle para padrões da época, de 1967 a 1973. Empréstimos estrangeiros a juros baixos garantiam o fluxo de capital para sustentar o "milagre brasileiro", como apoiadores do governo militar chamaram o período.

A festa desandaria em 1973, no primeiro choque do petróleo, e acabaria de vez no segundo, em 1979.

Depois, veio a crise da dívida externa e a década perdida. O economista, contudo, passou anos longe do poder, na academia. Depois de três anos na Fipe, lecionou na Escola de Pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio, da qual foi também diretor.

Em 1979, foi chamado pelo então presidente do BC, Ernane Galvêas, para assumir a Diretoria da Área Bancária da instituição.

Criou o Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), que assegurava a liquidação virtual de transações com títulos públicos. Eram papéis virtuais, pela primeira vez, no Brasil.

Quando Galvêas foi nomeado ministro da Fazenda, em janeiro de 1980, Langoni o substituiu na presidência do BC. Aos 35 anos, foi o mais jovem ocupante do cargo da história. Foi ainda representante do Brasil, como governador suplente, no Fundo Monetário Internacional (FMI) até 1983.

Langoni foi professor de Paulo Guedes e fazia parte do grupo apelidado pelo ministro de "Chicago oldies", jogo de palavras com os "Chicago boys", como ficou conhecido o time de jovens economistas liberais egressos da Universidade de Chicago que trabalhou nas reformas da política econômica do Chile na ditadura de Augusto Pinochet. Mais de uma vez, em eventos públicos, Langoni disse que preferia a alcunha de "Chicago grandfather".

Menos envolvido na elaboração do programa coordenado por Guedes desde a virada de 2017 para 2018, Langoni resistiu a aceitar um cargo no governo.

Em 2019, ganhou status de assessor informal. No fim daquele ano foi indicado por Guedes como assessor para o ingresso do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne as economias mais desenvolvidas. Até adoecer, acumulava a função com o cargo de diretor do Centro de Economia Mundial (CEM) da FGV.

Notas de pesar. O ex-secretário do Tesouro Nacional e atual economista-chefe do BTG Pactual, Mansueto Almeida, lamentou a morte de Langoni no LinkedIn. "Todos (os economistas brasileiros) reconhecem sua contribuição para estudos do capital humano e a importância da educação para explicar desigualdade de renda no Brasil." Os ministérios da Economia e de Minas e Energia divulgaram nota conjunta de pesar

lamentando o falecimento do economista.

"Os ministros Paulo Guedes e Bento Albuquerque lamentam a perda e expressam os mais profundos sentimentos aos familiares de Carlos Langoni.

Que a todos nos console o fim de seus sofrimentos após uma vida plena de realizações pessoais e profissionais." A FGV ressaltou que, "em toda sua trajetória como homem público, mesmo com algumas interrupções, nas quais foi atender ao interesse da nação, Langoni sempre esteve ligado à FGV, tornando-se uma das referências da instituição".

Influência

"Todos reconhecem sua contribuição em estudos sobre a educação para explicar a desigualdade."

Mansueto Almeida EX-SECRETÁRIO DO TESOURO

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Uma renda fixa turbinada para a sua carteira

**Rebeca Soares**

Os investimentos em renda fixa costumam ser mais seguros para os investidores de perfil conservador.

Embora as crises decorrentes da pandemia do coronavírus tenham influenciado esses ativos com o cenário de incerteza no País, a retomada econômica pode ser um bom momento para olhar as possibilidades da renda fixa.

Essa retomada foi potencializada pelo Produto Interno Bruto (**PIB**) do primeiro trimestre, que superou as projeções, alcançando 1,2% de crescimento, além de uma série de recordes do Ibovespa. Ao mesmo tempo, houve o aumento da taxa Selic para 3,5% ao ano, pelo Comitê de Política Monetária (Copom), que nesta semana anuncia a manutenção ou a revisão desse juro básico.

"Os títulos indexados à **inflação** ou prefixados, seja de emissão pública ou privada, estão com expectativas altas para os próximos meses", avalia o economista e sócio da BRA, João Beck. Segundo ele, a mudança da narrativa da economia do País deixou a situação da dívida pública mais confortável.

Entretanto, o investidor deve ficar atento aos gastos do governo para os próximos meses e para 2022. Por ser ano eleitoral, os gastos públicos costumam crescer, independentemente do lado político vencedor. Ele acrescenta que é necessário olhar, ainda, para a crise hídrica por causa de seus reflexos na **inflação** (a conta de luz tende a ficar mais cara).

Com o objetivo de contornar o rendimento baixo entre os títulos públicos, os produtos de crédito privado tomaram espaço durante a pandemia.

Para Rodrigo Mendonça, analista de renda fixa da Valora Investimentos, foi visível uma migração da renda fixa para a Bolsa durante a crise de 2020. "Agora, com a retomada econômica, os fundos de crédito privado têm ganhado atração maior e vislumbram ganhos reais para 2022", comenta.

O que pode parecer uma sopa de letrinhas é, na verdade, a possibilidade de emprestar dinheiro a uma instituição para financiar dívidas ou projetos de terceiros e receber o valor de volta com os juros correspondentes.

Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA),

Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), debêntures, letras financeiras e nota comercial são títulos privados de renda fixa.

Para quem busca investir em títulos de crédito privado, além do cenário macroeconômico, Beck alerta que o investidor deve conhecer o negócio. "O endividamento de empresas do setor de commodities, seja agrícola ou metálica, não foi tão influenciado com a pandemia como outros setores.

Por outro lado, construtoras, shoppings e as empresas de educação ainda não recuperaram a saúde financeira, embora o cenário já esteja bem mais confortável." Crédito estruturado. Uma opção, considerada como "renda fixa sofisticada", são os fundos de crédito estruturados. Eles possuem taxas mais altas mas prometem retornos maiores por investir em empresas com média ou alta inadimplência. A rentabilidade pode chegar a 130% e 150% do CDI. Para o investidor pessoa física, a forma mais fácil de acesso é por meio de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

Enquanto os FIDCs rendem a partir do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), o retorno das debêntures (investimento em dívidas privadas) é medido pelo Índice de Debêntures Anbima (IDA), que pode ser relacionado com o IPCA.

Para Jean Pierre Cote Gil, sócio e diretor do Julius Baer Family Office, o prêmio do crédito estruturado sobre o corporativo não está atrelado a um risco de crédito superior, mas a outros fatores como complexidade analítica. "O crédito estruturado geralmente oferece de 1% a 3% ao ano de prêmio sobre o crédito corporativo a depender da estrutura e do emissor." Simone Albertoni, analista de produtos de renda fixa da Ágora, ressalta a importância do investidor analisar o risco que ele quer assumir e não pensar somente no lucro. "O retorno pode ser melhor nos títulos privados e os fundos de crédito estruturados ajudam na diversificação da carteira, mas é aconselhável fazer uma boa avaliação e ter o acompanhamento de um especialista", comenta.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# Ofertas iniciais de ações. Haja tentação - FÁBIO GALLO

## FÁBIO GALLO

Os sinais de recuperação econômica, associado a outros fatores, como o desempenho das empresas exportadoras de commodities e o avanço da vacinação, têm animado o mercado, a despeito do susto com a **inflação**. A reação que está ocorrendo provoca que o Ibovespa bata novos recordes, a taxa do dólar caia e está abrindo nova janela de oportunidade para que novas empresas se lancem no mercado realizando ofertas iniciais de ações (IPO, em inglês).

Segundo dados da B3, o volume total de ofertas de ações, entre IPOs e follow-ons, até abril deste ano, foi de R\$ 54,75 bilhões, o que representa mais de 45% do total de emissões de 2020. O volume negociado somente de IPOs foi de R\$ 37,2 bilhões no período.

As projeções de mercado são otimistas e dizem que a nova janela pode gerar até R\$ 30 bilhões de novas emissões. Boas notícias. Os investidores ficam mais propensos a aceitar riscos, e a ideia de participar de um IPO é atraente, para alguns algo irresistível.

As empresas que estão se listando na Bolsa são companhias atuantes em setores de destaque no momento e despertam muito o apetite dos investidores. Embora repetitivo, é importante alertar que esse tipo de operação é altamente especulativo. Há vários motivos que levam as empresas a entrarem no mercado, desde busca de capital para investimentos, prover liquidez para os sócios, imagem, mas, também, para socializar o risco. O grau de assimetria de informações é alto. As empresas não lançam ações quando acreditam que a empresa estão mal avaliadas pelo mercado.

As companhias, para poderem oferecer ações no mercado, divulgam planos com perspectivas de desenvolvimento, tendo como base a implementação de um conceito, produto, estratégia ou nova abordagem comercial. No entanto, essas premissas e consequentes projeções estão sujeitas a inúmeras incertezas.

É importante que o investidor interessado pesquise sobre o setor e a empresa. Invista em empresas do setor que você entende, do modelo de negócios, conheça os aspectos financeiros e os termos da

operação. Principalmente no caso das empresas jovens, notadamente companhias menores e de crescimento rápido. Essas companhias tendem a ter históricos operacionais limitados, equipes de gerenciamento imaturas e quantidade limitada de produtos ou clientes.

Não deixe de consultar os fatores de risco divulgados nos documentos de emissão de ações. Deixe a emoção de lado, apostando que pode ganhar muito dinheiro. Isso efetivamente não é investir. Apenas para ilustrar um dos IPOs ocorridos em nosso mercado em 2019, entre a data de lançamento até agora, houve ações com ganhos acima de 180%, caso da Centauro, mas há quedas de preços acima de 57%, como ocorrido com o BMG. Invista nesse tipo de operação só o dinheiro que você pode perder. Trato o IPO como qualquer outra de suas aplicações, mantendo-se grau de risco conforme a sua estratégia de investimento.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## Estagnação e mais pobreza (2)

**Walter Chaves Marim**

O ambiente de negócios brasileiros nunca foi fácil. Anos e anos de hiperinflação, complexidade tributária, instabilidade regulatória e morosidade da justiça destacam-se entre os fatores que já fizeram com que muitas firmas globais desistissem do Brasil.

Entre meados dos anos 90 e a primeira década do novo milênio, porém, pareceu que o Brasil estava encontrando o seu caminho. Principalmente sob as gestões de FHC e Lula logrou-se controlar a inflação, melhorar o sistema de contas públicas e a regulação em geral, universalizar o ensino básico, expandir o acesso ao terceiro grau e ampliar a renda de vários grupos sociais.

No entanto, os avanços não se fizeram acompanhar de outras medidas que teriam sido necessárias para manter o círculo virtuoso em operação.

Mesmo assim, há quase duas décadas, iniciou-se no Brasil um fato econômico e social de extrema relevância: a ascensão de camada considerável da população brasileira para a chamada classe C. E agora esta chamada classe C está sendo empurrada com toda força e, rapidamente, de volta às classes D e E.

Ainda, o que é pior, grande parte dela indo direto para a miséria pelas consequências da Covid-19 e da desorganização das políticas de mitigação da pandemia do governo Jair Bolsonaro, como mostram pesquisas de diferentes órgãos. Essas pesquisas revelam não só que a situação de milhões de brasileiros degradou-se até o momento e, pior ainda, suas situações continuam se degradando no decorrer deste ano.

Assim, as classes D e E, cada vez mais numerosas, devem continuar amargando novas perdas com considerável taxa de queda de renda.

Isso não só aumentará a desigualdade social brasileira, mas retardará a recuperação econômica, pois, mais pobre, a gigantesca população de baixa renda consumirá menos, exigindo menos investimentos e contratações de novos empregos pelo setor produtivo.

Com a paralisação das milhões de atividades em 2020 e a interrupção do auxílio emergencial em dezembro, só retornando em abril, com valores bem menores,

milhões de brasileiros despencaram diretamente da classe C para a miséria. E a fome se instalou no país para grande parte desta população.

Segundo a FGV Social, com base nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios Contínua, em 2019, antes da pandemia, o Brasil tinha cerca de 24 milhões de pessoas na pobreza extrema, ou 11% da população vivendo com até R\$ 246 ao mês. Agora, são 35 milhões, 16% do total.

A classe E com renda domiciliar de até R\$ 1.205, segundo os critérios da FGV Social, foi a que mais inchou: cresceu em 24,4 milhões de pessoas. Já a classe D (com renda entre R\$ 1.205 e R\$ 1.926) aumentou em 8,9 milhões.

Assim, o Brasil tem pela frente o desafio de lidar com uma multidão de pobres e desempregados, após a pandemia de Covid-19 e adotar políticas públicas para resolver o problema sem agravar a questão das contas públicas que já é delicado.

É previsível que em decorrência desta situação a desigualdade no país vai aumentar. O Brasil precisa olhar para os mais pobres e o governo deve reestruturar os programas sociais que já existem, incluindo o Bolsa Família. Com isso, seria possível aproveitar mais os recursos que já são usados para atender os mais vulneráveis.

Abaixo da classe E existe família em extrema pobreza, que é aquela com renda per capita de até R\$ 89 mensais, de acordo com o governo federal. Em regra, são pessoas que vivem nas ruas ou em barracos de favelas atingindo hoje 14,5 milhões. Há ainda 2,8 milhões de famílias vivendo em pobreza (com renda entre R\$ 90 e R\$ 178 per capita mensais).

O buraco fiscal em que estamos metidos ficou bem mais fundo, a economia está bem mais desorganizada, com falências, desemprego e informalidade em alta e, também, teremos problemas sérios e duradouros na educação e as velhas dificuldades não foram embora.

Walter Chaves Marim

Professor universitário, é economista com mestrado pela FGV e doutorado pela USP

Site: <https://www.opopular.com.br/digital/14-junho-2021/1o-caderno>

# Governo federal prepara MP

O governo tem nas mãos uma medida provisória que cria condições para adoção de um racionamento de energia. O Estadão/Broadcast teve acesso a documentos internos que revelam a intenção de criar um comitê de crise que terá o poder de adotar medidas como a redução obrigatória do consumo e a contratação emergencial de termoeletricas - mesmas medidas adotadas em 2001, quando a população e as empresas foram obrigadas a diminuir a carga em 20% para evitar o apagão.

Publicamente, sempre que questionado, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, tem negado o risco de um racionamento.

A MP propõe a formação de um grupo que poderá mudar a vazão de hidrelétricas de forma imediata, sem aval de outros órgãos e de estados e municípios. Os custos das medidas serão pagos pelo consumidor, por meio de taxas na conta de luz. O texto está sendo analisado em meio à pior crise hidrológica que o Brasil viveu nos últimos 91 anos, sem perspectiva de chuvas nos próximos meses.

"Diante do contexto crítico e excepcional que o país vivencia, para garantir a efetividade das deliberações desse colegiado, com a tempestividade necessária, tornase premente que essas se tornem excepcional e temporariamente determinativas, podendo prever, inclusive, o estabelecimento de programa prioritário de termoeletricidade e de programa de racionalização compulsória do consumo de energia elétrica", diz a minuta a qual o Estadão/Broadcast teve acesso.

O racionamento de energia vigorou entre 1º de julho de 2001 e 19 de fevereiro de 2002. Quem não cumpria a meta pagava um adicional na conta de luz, que variava de 50% a 200% e podia até mesmo ter a energia cortada como forma de punição.

A minuta da MP em análise agora pelo governo não faz referência a incentivos para quem economizar além da meta a ser determinada, como ocorreu no passado, nem define qual seria o alvo.

Com o racionamento, as indústrias também tiveram de reduzir a produção, e o Produto Interno Bruto (**PIB**), que havia crescido 4,4% em 2000, desacelerou para 1,4% em 2001. Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que o apagão de 2001 causou perdas de R\$ 45,2 bilhões, pagas em sua maioria pelo consumidor, que teve de arcar com reajustes elevados nos anos seguintes. (Com informações do jornal O

Estado de S. Paulo).

**Site:**

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10579>

# Serasa disponibiliza consultas gratuitas

Consumidores e empresas podem solicitar na Serasa gratuitamente uma lista de quem consultou seus CPFs ou CNPJs nos últimos 24 meses. No endereço [www.serasa.com.br](http://www.serasa.com.br) pode ser feito o pedido. O relatório fica pronto em até 24 horas e permanece disponível para consulta por até seis meses com informações como o nome da empresa que realizou a busca, parte do número do CNPJ dela e quando essa consulta foi feita. São informações que podem ajudar os consumidores a perceberem indícios de fraudes e buscarem providências.

Secretário vê melhora para o quadro fiscal

O novo secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, afirmou que a melhora no quadro fiscal "não é sorte" apenas. Ele ainda antecipou que poderá ser mais rápida a velocidade do ajuste fiscal para o reequilíbrio das contas do governo, com o superávit primário (diferença entre receitas e despesas sem contar gastos com juros) retornando já em 2024, ou seja, antes da previsão feita anteriormente, que era 2026. Para este ano o governo já calcula a dívida bruta caindo para 84% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Atualmente está em 87%.

**Site:** <https://www.correiodopovo.com.br/>

# O Desafio da redução da pobreza - SAUMÍNEO NASCIMENTO

## **SAUMÍNEO NASCIMENTO**

Conforme divulgado pelo Banco Mundial, por quase 25 anos, a pobreza extrema diminuiu continuamente. Agora, segundo o Banco Mundial, pela primeira vez em uma geração, a busca pelo fim da pobreza sofreu seu pior revés.

Esse revés se deve em grande parte aos grandes desafios - COVID 19, conflito e mudança climática - enfrentados por todos os países, mas em particular aqueles com grandes populações pobres. O aumento da pobreza extrema de 2019 a 2020 é projetado para ser maior do que em qualquer momento desde que o Banco Mundial começou a monitorar a pobreza globalmente de maneira consistente. Embora COVID-19 seja um novo obstáculo, os conflitos e as mudanças climáticas vêm aumentando a pobreza extrema há anos em partes do mundo.

Mas o que é mesmo pobreza, o conceito definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) é o seguinte: a pobreza envolve mais do que a falta de recursos e de rendimento que garantam meios de subsistência sustentáveis.

A pobreza manifesta-se através da fome e da indevida nutrição, do acesso limitado à educação e a outros serviços básicos, à discriminação e à exclusão social, bem como à falta de participação na tomada de decisões.

De acordo com a ONU, tem-se atualmente, mais de 780 milhões de pessoas vivem abaixo do Limiar Internacional da Pobreza (com menos de 1,90 dólar por dia).

Mais de 11% da população mundial vive na pobreza extrema e luta para satisfazer as necessidades mais básicas na esfera da saúde, educação e do acesso à água e ao saneamento. Por cada 100 homens dos 25 aos 34 anos, há 122 mulheres da mesma faixa etária a viver na pobreza, e mais de 160 milhões de crianças correm o risco de continuar na pobreza extrema até 2030.

Cabe registrar que acabar com a pobreza em todas as suas formas é o primeiro dos 17 objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A principal referência dos ODS para combater a pobreza é feita na meta 1.A: "Garantir uma mobilização significativa de recursos de uma variedade de fontes, inclusive através do reforço da cooperação para o desenvolvimento, proporcionando meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento (em particular, os países menos desenvolvidos) possam implementar programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões." De acordo com os estudos da ONU, caso não sejam tomadas medidas para melhorar a saúde e a educação até 2030, cerca de 167 milhões de crianças vão viver na pobreza extrema.

Em face da situação de pobreza do mundo, a Assembleia Geral, durante a septuagésima segunda sessão, decidiu proclamar a "Terceira Década das Nações Unidas para a Erradicação da Pobreza (2018 - 2027)". O objetivo é o de apoiar, de maneira eficiente e coordenada, as metas de desenvolvimento relacionadas à erradicação da pobreza, também consagrada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Dentro do sistema das Nações Unidas, a Divisão de Políticas Sociais e Desenvolvimento (DSPD) do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais (DESA) atua como Ponto Focal para a Década das Nações Unidas para a Erradicação da Pobreza.

Esta divisão realiza atividades que auxiliam os governos na implementação efetiva dos compromissos adotados na Declaração de Copenhaga sobre Desenvolvimento Social e das iniciativas sobre o Desenvolvimento Social, aprovadas na 24ª Sessão Extraordinária da Assembleia Geral.

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), a pobreza e a extrema pobreza alcançaram em 2020 na América Latina níveis que não foram observados nos últimos 12 e 20 anos, respectivamente, bem como uma piora dos índices de desigualdade na região e nas taxas de ocupação e participação no mercado de trabalho, sobretudo das mulheres, devido à pandemia da COVID-19 e apesar das medidas de proteção social emergenciais que os países adotaram para freá-la.

Foi divulgado um relatório anual da CEPAL denominado de Panorama Social da América Latina

2020, no qual indica que a pandemia desencadeia um cenário econômico, social e político complexo: baixo crescimento, aumento da pobreza e crescentes tensões sociais.

Além disso, expõe as desigualdades estruturais que caracterizam as sociedades latino-americanas e os altos níveis de informalidade e desproteção social, bem como a injusta divisão sexual do trabalho e a organização social do cuidado, que comprometem o pleno exercício dos direitos e a autonomia das mulheres.

De acordo com as novas projeções da CEPAL, como consequência da forte recessão econômica na região, que registrou uma queda do **PIB** de -7,7%, estima-se que em 2020 a taxa da extrema pobreza se situou em 12,5% e a taxa da pobreza atingiu 33,7% da população. Isso significa que o total de pessoas pobres chegou a 209 milhões no final de 2020, 22 milhões de pessoas a mais do que no ano anterior. Desse total, 78 milhões de pessoas estavam em situação de extrema pobreza, 8 milhões a mais do que em 2019.

Diante do cenário apresentado, ressalta-se a importância das diversas ações do governo federal para a redução da pobreza, e neste momento delicado de pandemia, destacam-se o auxílio emergencial que o Governo Federal vem propiciando, pois é um benefício que possibilita garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia do Covid-19 e também, o papel do programa Bolsa família que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil.

# Economia e Negócios em Foco - ECONOMIA E NEGÓCIOS EM FOCO

**ECIO COSTA**

## Inflação de Oferta

O IPCA, medida oficial da inflação brasileira, atingiu 8,06% no acumulado de 12 meses, muito acima do teto da Meta de Inflação do Banco Central (5,25%). Daqui a dois dias, o Comitê de Política Monetária do Banco Central irá decidir sobre a elevação da Selic, como remédio para tentar controlar a pressão inflacionária que o país está passando. Nas últimas duas reuniões, elevou em 0,75% p.p. consecutivamente, e a expectativa é de nova elevação no mesmo patamar. Mas será que esse remédio é indicado nesse tipo de inflação que o país está passando?

Ao observar os principais vilões da inflação, destacam-se as commodities agrícolas e minerais, como soja, carnes, minério de ferro, gás e combustíveis, e a energia elétrica. O mercado internacional determina o preço das commodities e os produtores brasileiros acompanham essas cotações internacionais, visando o mercado externo. No caso da energia elétrica, o país atravessa uma seca na região de concentração das maiores hidrelétricas, onde o baixo volume de águas leva a um acionamento de termelétricas, mais caras.

Soma-se a isso o fato de que a economia apresenta um desemprego recorde, acompanhado por uma queda na renda das famílias, que leva a uma queda no consumo de vários produtos e serviços. Como consequência, o preço da cesta de serviços, que não depende diretamente das exportações, teve deflação no último mês.

O único benefício que um aumento da Selic vai trazer no curto prazo é de uma redução no câmbio, que ajuda no controle da inflação, através da redução do custo de insumos e produtos finais importados. Afora isso, aumentar a Selic só vai aumentar a despesa com juros que o país terá que pagar e frear a recuperação econômica.

**Site:**

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2021/06/economia-e-negocios-em-foco.html>